REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

(Unidade-Disciplina-Trabalho)

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, COMÉRCIO E ECONOMIA AZUL

**DIRECÇÃO NACIONAL DO PLANEAMENTO**

# RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2017

# Índice


Indice de quadros ..... 4

Acrónimo ..... 5

I- Introdução ..... 8

II- Análise da Implementação Física dos Eixos ..... 9

Eixo I - Aposta no Crescimento Económico Gerador de Emprego ..... 9

Capítulo I - Diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza. ..... 9

1.1.1. Turismo ..... 10

1.1.2. Agricultura, Pecuária e Floresta ..... 10

1.1.3. Pesca ..... 21

1.1.4. Comércio ..... 24

1.1.5. Sector Privado e atracão de investimento ..... 25

1.1.6. Planeamento e Estatistica ..... 26

Capítulo II - Reforçar a Gestão das Finanças Públicas ..... 27

1.2.1 Finanças Públicas ..... 28

Capítulo III – Investir na Modernização da Infra-Estruturas Económicas e Sociais ..... 31

1.3.1. Porto ..... 32

1.3.2. Aeroporto ..... 32

1.3.3. Energia ..... 34

1.3.4. Água ..... 35

1.3.5 Transportes terrestres ..... 37

Capítulo IV – Assegurar uma Melhor Gestão do Território e do Meio Ambiente ..... 38

1.4.1. Ordenamento do território, obras públicas e urbanismo ..... 38

1.4.2. Saneamento ..... 39

Eixo II - Aposta na Coesão Social e na Credibilidade Externa ..... 41

Capitulo I- Valorizar o capital humano e reforçar a boa governação ..... 41

2.1.1. Educação e Formação ..... 41

2.1.2. Saúde ..... 51
2.1.3. Comunicação social ..... 53
Capitulo II - Apoiar a juventude, consolidar a família e proteger grupos vulneráveis..... 54
2.2.1. Juventude ..... 54
2.2.2. Emprego e relações laborais ..... 55
Capítulo III- Promover Cultura Nacional e o Desporto e a Inclusão na Diáspora ..... 57
2.3.1. Desporto ..... 58
2.3.2. Cultura ..... 59
Capítulo IV- Reforçar o poder local e criar pólos de desenvolvimento ..... 60
2.4.1. Poder Local ..... 60
Capítulo V- Reforçar as relações externas e de cooperação e preservar a soberania nacional ... 62
2.5.1 Política Externa e Cooperação Internacional ..... 62
2.5.2. Segurança Pública e Ordem Interna ..... 64
III. Conclusões Gerais ..... 66
IV. Recomendações Gerais ..... 67
V. Anexo ..... 68
Anexo: 1 Enquadramento dos projectos do PIP as medidas dos GOP ..... 69

## Indice de quadros

Quadro nº1: Culturas de produção e consumo interno.....17

Quadro nº2 - Variação acumulada da taxa de acesso à energia.....35

## Acrónimo

| | |
|---|---|
| ABC | Agência Brasileira de Cooperação |
| APCI | Agência de Promoção do Comércio e Investimento |
| ATER | Assistência Técnica e Extensão Rural |
| BTL | Bolsa de Turismo de Lisboa |
| CADR | Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural |
| CATAP | Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agro-pecuário |
| CCN-PFNL | Comité do Conselho Consultivo Nacional do PFNL |
| CECAB | Cooperativa de Exportação do Cacau Biológico |
| CEEAC | Comunidade Económica dos Estados da África Central |
| CEMAC | Comunidade Economica e Monetária da África Central |
| CIAT | Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica |
| CMT | Contribuição Mínima de Tributação |
| CONSTRUPEC | Empresa de Construção e Pecuária |
| CNDE | Coordenação Nacional do Desporto Escolar |
| CPLP | Comunidade dos Países da Lingua Portuguesa |
| CST | Companhia São-Tomense de Telecomunicações |
| DGESC | Direcção Geral do Ensino Superio e Ciência |
| DGPIE | Direcção Geral de Planificação e Inovação Educativa |
| DGTH | Direcção Geral de Turismo e Hotelaria |
| DMAPP | Direcção de Monitoria e Avaliação de Políticas Públicas |
| DNP | Direcção Nacional do Planeamento |
| EB | Ensino Básico |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| ENASA | Empresa Nacional de Segurança Aérea |
| ENDE | Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística |

| | |
|---|---|
| ENRP II | Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II |
| ES | Ensino Secundário |
| ETP | Ensino Ténico Profissional |
| GIME | Grupo de Interesse e Manutenção de Estradas |
| HAM | Hospital Ayres de Menezes |
| ICAO | International Civil Aviation Organization |
| INAC | Instituto Nacional de Aviação Civil |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais |
| INIC | Instituto Nacional de Inovação Tecnológica |
| ISEC | Instituto Superior de Educação e Ciência |
| ITB | Internationale Tourismus-Börse |
| LAINA | Loja de Abastecimento de Insumos Agrícolas |
| MADR | Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural |
| MDAI | Ministério de Defesa e Admnistração Interna |
| MARAPA | Mar, Ambiente e Pesca Artesanal |
| MECCC | Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação |
| NEEs | Necessidades Educativas Especiais |
| OGE | Orçamento Geral do Estado |
| PAPAC | Projecto de Apoio a Pequena Agricultura Familiar |
| PFNL | Produtos Florestal Não Lenhosos |
| PIP | Programa de Investimento Público |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNASE | Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar |
| PNOST | Parque Nacional Obô de São Tomé |
| PFNL | Produtos Florestais Não Lenhosos |

| | |
|---|---|
| QDMP | Quadro Despesa Médio Prazo |
| RAP | Região Autónoma do Principe |
| SATOCAO | Sociedade de Exportação de Cacau |
| SIG | Sistema de Formação Geográfica |
| SIGE | Sistema de informação Geográfica |
| SNU | Sistema das Nações Unidas |
| STP | São Tomé e Principe |
| TDR | Termo de Referência |
| USTP | Universidade de São Tomé e Principe |
| VIH-SIDA | Virus de Imunodeficiência Humana/ Sindroma de Imunodeficiência Adquirida |
| VOR-DME | VHF Omnidirectional Range – Distance Measuring Equipment |
| WTM | World Travel Market |

# I- Introdução

O Relatório anual de implementação das Grandes Opções do Plano (GOP), é um instrumento da governação que permite manter informado o Governo sobre o nível de cumprimento das medidas e acções programadas para o ano em questão, bem como conhecer os constrangimentos de forma a adoptar medidas que possam mitigar os referidos constrangimentos.

É nesse contexto, que a Direcção de Monitoria e Avaliação de Políticas Públicas (DMAPP-DNP), elaborou o presente relatório referente ao ano de 2017.

O relatório está estruturado em: i) Introdução; ii) Implementação física e principais resultados obtidos no ano por cada eixo nos diferentes domínios que o compõem; iii) Conclusões, iv) Constrangimentos; v) Recomendações para minimizar ou contornar os problemas identificados e vi) Anexo.

Para a elaboração do relatório em causa recolheu-se informações junto aos sectores através de uma matriz e um modelo de relatório sectorial de monitorização, previamente elaborado pela DMAPP-DNP.

Pelo que, foram compiladas as informações recolhidas dando o ponto de situação de algumas medidas plasmadas nas GOP 2017 e encontra-se em anexo informações sobre a execução financeira dos projectos do PIP que foram enquadrados às medidas das GOP.

Após a elaboracao do 1º Draft do relatório, o mesmo foi submetido aos sectores e Poder local para apreciação e recolha de contribuições para a sua melhoria.

Verifica-se neste relatório ausência de sectores/dominios que não forneceram informações e/ou não registaram qualquer realização nas medidas de politica.

## II- Análise da Implementação Física dos Eixos

As Grandes Opções do Plano estão constituídos por dois eixos de intervenção e estes articulam-se com Agenda de Transformação 2030, Programa do XVI Governo Constitucional e os documentos de política sectorial.

Um resumo dos principais resultados alcançados pelo país no ano 2017, com a ajuda dos parceiros de desenvolvimento, é apresentado por eixos de intervenção:

## Eixo I - Aposta no Crescimento Económico Gerador de Emprego

O crescimento económico é a condição fundamental para a criação sustentada do emprego e rendimento com vista à redução da pobreza. O Governo tem envidado esforços para dinamizar os sectores tradicionais da economia e também potencializar os benefícios da economia azul como fonte de riqueza para o país. Desta forma, os esforços tendem a concentrar, sobretudo nos sectores da Pesca, Turismo, Agricultura, Infraestruturas ( rodoviária, portuária e aeroportuária) e entre outros.

As Grandes Opções do Plano 2017estrutura este eixo em 4 capítulos, nomeadamente: 1) Diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação da riqueza; 2) Reforçar a gestão das finanças públicas; 3) Investir na modernização das infra-estruturas económicas e sociais; 4) Assegurar uma melhor gestão do território e do meio ambiente.

### Capítulo I - Diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza.

Este capítulo ressalva o crescimento económico sustentável gerador de emprego como aspecto fundamental no combate eficaz à pobreza. Neste sentido, o Governo definiu medidas e acções que poderão diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza nos seguintes domínios: i) Turismo; ii) Agricultura; iii) Pecuária; iv) Floresta e biodiversidade; v) Pesca; vi) Comércio e indústria; vii) Sector privado e atracão de investimento; viii) Petróleo; ix) Administração Pública x) Planeamento; xi) Estatística.

### 1.1.1. Turismo

Turismo apresenta fortes potencialidades para o desenvolvimento socio-económico de São Tomé e Príncipe e deverá contribuir para uma maior diversificação e densificação do sector privado nacional. Actualmente, é a principal fonte de exportação de serviços e a sua contribuição como fonte de divisas é superior a das exportações de bens. No entanto, o sector vem deparando com inumeros desafios.

De forma, para dar resposta aos desafios existentes, foram programadas medidas através do seguinte programa:

**Programa: Promoção e valorização do turismo e actividades conexas**

Este programa tem como objectivo adoptar medidas que visa melhoria de oferta turística, através da melhoria do quadro legal, das infraestruturas turísticas, da atração de investimento e, paralelamente a promoção do país no exterior. Neste sentido, em 2017 foram realizadas as seguintes medidas de política:

1. **Promoção de campanhas de divulgação e de marketing do país**

- Participação do país em diversas feiras internacionais nomeadamente: BTL de Lisboa, WTM de Londres e ITB de Berlim visando dar a conhecer o país como destino turítico e, desta forma, aumentar o fluxo de turistas para o país.

  Como resultado dessas acções, tem-se verificado aumento no número de visitantes (turistas e excursionistas) no país. Em 2017 registou-se uma entrada de 28.948 visitantes contra 28.919 registados em 2016.

2. **Requalificação dos sítios de Interesse turísticos**

- Foram requalificados dois espaços com potêncial turístico no país, o sítio de Anambó e o Marco de Equador, aumentando desta forma a oferta turística para acolhimento dos turistas.

### 1.1.2. Agricultura, Pecuária e Floresta

O sector agrícola desempenha um papel muito importante na economia são-tomense. Entretanto, é o sector onde a pobreza é mais evidente, sobretudo em zonas rurais. O sector enfrenta vários desafios especialmente a falta de meios para assegurar um aumento da produção, apesar das condições edafoclimáticas favoráveis do país. Para tal,

o Governo aposta na diversificação agrícola, na implementação das novas tecnologias de produção, na agro-tranformação e em agronegócios para fazer face à insegurança alimentar e reduzir a pobreza.

Para dar resposta aos desafios que o sector apresenta foram planificados em 2017 os seguintes programas:

**Programa1 : Reforço das capacidades institucionais do sector agrícola**

O programa visa promover a sensibilização, formação e o reforço das capacidades dos atores do desenvolvimento agrícola, particularmente os produtores, suas organizações e agentes públicos, responsáveis pela formulação de politicas, pesquisa, produção, transformação e comercialização de bens e serviços.

Para o alcance deste objectivo, um conjunto de medidas e acções foram realizadas em 2017 que resultou no seguinte:

1. **Reforço da capacidade do sector de recolha e tratamento de dados estatísticos de produção agrícola**

- Foram capacitados 26 técnicos do MADR no domínio de análise e tratamento de dados com recursos a SPSS.

Ainda no quadro de reforço da capacidade do sector agrícola, diversas formações foram realizadas, com apoio de vários parceiros no quadro dos projectos:

Projecto de **Horticultura Urbana e Periurbana** foram formados:

- 60 horticultores no domínio de processo de escola de campo. Esta escola (champ ecole paisan- CEP) é um quadro de aprendisagem onde um grupo estruturado de agricultores se reagrupam regularmente (uma vez por semana) durante uma época cultural, nos seus próprios campos (aprendisagem de terreno) para aprenderem a resolver os problemas relativos a gestão do meio e das explorações, de acordo com um programa prévio elaborado por eles mesmos com acompanhamento de um facilitador (técnico) utilizando ferramentas e métodos de educação não formal dos adultos.
- 35 horticultores em manejo integrado de culturas e gestão de parcelas.

Projecto de **Reforço das capacidades das comunidades rurais para a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas nos distritos de Cauê, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata** foram formados**:**

- 50 técnicos e 82 agricultores em produção em estufa;
- 13 técnicos em Sistema de Informação Geográfica (SIG) e produção de mapas das comunidades mais vulneráveis;
- Liderança, Associativismo e Cooperativismo (82 agricultores membros das cooperativas de estufas, e 69 criadores, sendo 45 Criadores de Uba Budo e 24 criadores de Roça São João);
- Em Higiene Sanitária; 69 criadores, sendo 45 Criadores de Uba Budo e 24 criadores de Roça São João )

Realizadas campanhas de sensibilização sobre resíduo de pesticidas nos alimentos, em parceria com o CIAT;

Realizadas visitas de estudo em Moçambique com objectivo de Intercâmbio para se conhecer *in loco* as ações de resiliência que estão sendo implementandas em Moçambique, analisar que acções podemos implementar em STP e se as acções já implementadas estão no bom ritimo.

Reforçada a capacidade institucional do CATAP, CIAT, CADR e RAP com meios rolantes (4 carinhas PIC-UP e 7 motorizadas) e equipamentos (computadores de mesa e portátil, projector e câmara fotográfica).

Projecto de **Melhoramento e Conservação dos Solos do Distrito** de Mé-zóchi foram formados **:**

- 3 agricultores e 5 técnicos no domínio de Técnicas anti-erosão, boas prática agrícolas e melhoramento do solo (Formação no exterior – RWUANDA);
- 120 agricultures e 15 técnicos formados internamente no domínio de técnicas anti- erosão, boas prática agrícolas e melhoramento do solo,

**Projecto de Reabilitação de Infraestruturas de Apoio a Segurança Alimentar (PRIASA)** foram formados:

- 457 técnicos sendo 246 mulheres e 212 homens. Do total dos formandos, 15 (6 homens e 9 mulheres) receberam a formação no exterior e 443 técnicos ( 237 mulheres e 206 Homens) receberam internamente, através de 31 cursos de treinamento e visitas de estudos.

Através do CATAP foram formados :

- 25 extensionista em matéria de irrigação sendo 21 do sexo masculino e 4 de sexo feminino;
- 29 em jardinagem e espaços verdes, sendo 26 de sexo masculino e 3 de sexo feminino;
- 29 em Recursos Florestais e Ambientais.

**Projecto de Reforço da contribuição dos produtos florestais não lenhosos** foram realizadas:

- 6 acções de formação destinada aos membros da PFNL e feita a entrega de vários lotes de materiais e de equipamentos nas comunidades de Novo Destino e Plancas I.

No quadro do projecto de **"Promoção de Rede Resistente ao Clima e Ambientalmente Sustentável/Rede Isolada de Eletricidade e através de uma Perspectiva Integrada em São Tomé e Príncipe"**, visando produzir a energia hidroelétrica de forma sustentável e resiliente ao clima através de uma abordagem integrada de ecossistemas em São Tomé e Principe foram formados:

- 17 técnicos Guardas Florestais e Ecoguias em matéria de gestão e fiscalização Florestal, monitorizado pela Direcção das Florestas.

No que concerne ao reforço de capacidade do setor de Pecuária:

**Projecto VET – GOV** foram :

- Desenvolvidas 2 sessões de capacitação em matéria de patologia e cirurgia animal destinado a 20 quadros técnicos da Direcção da Pecuária e 6 tecnicos do CADR.

**Projecto de Desenvolvimento da Suinicultura** foram formados:

- 26 técnicos e agentes do CADR em matéria de patologia e cirurgia animal e 60 criadores e técnicos em matéria de maneio e criação de suínos.

- No que concerne aos instrumentos de politica do sector foi validado:
  - Relatório diagnóstico da Estratégia Nacional de Irrigação 1ª fase, assim como o Relatório da segunda fase da Estratégia Nacional de Irrigação (ENI).
  - Feuille de Route do Plano Estratégico para Estatísticas Agrícolas e Rurais de STP (PSSAR- STP).

**2. Garantia da assistência técnica aos produtores através de serviços de extensão rural**

- Esta medida foi desenvolvida pelo CADR segundo o Decreto nº 24/2013 que lhe confere a missão de coordenação e execução das actividades de assistência técnica e extensão rural em todo o território nacional para o sector agrícola, pesca e desenvolvimento rural. Neste sentido, visando reforçar a capacidade da própria instituição de forma a melhor assistir os agricultores foram:
  - Formados 30 extensionistas;
  - Produzidos e fornecidos diferentes tipos de materiais vegetais;
  - Adquiridos insumos e materiais agrícolas aos agricultores.

Durante o período a instituição:

- Assistiu tecnicamente 570 agricultores, 200 criadores, 150 pescadores e 95 produtores rurais;
- Assistiu e apoiou 50 agricultores com operação de mecanização agrícola numa área de 150 hectares nas zonas de Pinheira, Canavial e Porto Alegre.
- Difundiu acções no mundo rural que foram emitidas pelas antenas da Radio Nacional e emissoras da Televisão São- Tomense em 10 Edições do Programa *Mundo Rural;*
- Elaborou 6 manuais e 2 vídeos temáticos;
- Produziu e difundiu vídeos didácticos e manuais de divulgação técnica de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER);

- Realizou visitas de acompanhamento à 3 abrigos ( nas comunidades de *Bom Sucesso, Terra Batata e Saudade*), às entidades transformadoras (*BUDO-BUDO, Django,CACAFEB, Claudino Coralo, Pinheira, Empresa Agripalma*) e identificadas 6 zonas de declives ( *Santa Luzia, Plancas Primeira, Ribeira Funda, Soledade, Monte Belo e Mendes da Silva*).

No quadro da protecção sanitária, foi feito o seguimento técnico e controlo de saúde animal através de desparasitação, aplicação de antibióticos, castração e aconselhamento técnico aos criadores. Desta actividade resultou o tratamento de mais de 3000 aves, aproximadamente 150 caprinos, 80 ovinos e 60 bovinos que foram assistidos tecnicamente.

**1.1.2.1** No domínio de **agricultura**

Foram planificados programas, medidas e acções em 2017 para dar resposta aos desafios do sector como se segue:

**Programa 2 : Aumento da produção, produtividade e diversificação agrícola**

O presente programa consiste em promover o aumento e a diversificação das culturas de produção alimentar (mi-lho, banana, matabala, mandioca, batata doce, feijão seco, hortícolas, frutícolas) e culturas de exportação (cacau, pimenta, café e coqueiros) visando a melhoria da qualidade dessa produção, diversificar a exportação e aumentar o rendimento nacional de forma reduzir a dependência externa.

1. **Abastecimento e distribuição de insumos, materiais e quipamentos agrícolas**

- Para garantir um abastecimento regular e de qualidade dos produtos agrícolas no mercado foram importados insumos e materiais agrícolas para o abastecimento da LAINA nomeamente 137 kgs de sementes hortícolas, 12.000Kgs de sulfato de cobre, 7.500Kgs cal viva em pedra, 87.000Kgs de adubos; 2430 Kgs e 1340 litros de produtos fitossanitários**.** É preciso destacar esse facto, que embora o Sulfato de cobre seja um produto fitossanitário, trata-se de um produto utilizado para prevenção do míldio nos cacaueiros, fundamental para garantia de boa produção de cacau como principal produto

de exportação. Por essa razão, o sulfato é altamente subevencionado pelo Governo em cerca de 70% (Cerca 780.000 STD)[1].

2. **Promoção de estruturas de transformação e conservação dos produtos agrícolas**

- No quadro do **Projecto de Horticultura Urbana e Periurbana** em parceria com QUA-TELA, fizeram a entrega da Unidade de transformação de produtos agrícolas de Agostinho Neto à **22** senhoras e criaram uma Cooperativa de senhoras transformadoras de produtos hortícolas do distrito de Lobata. Ainda neste domínio, foram realizadas 3 workshops no país.

3. **Adopção de um sistema integrado de controlo de pragas e doenças**

- O CADR em parceria com o CIAT procedeu a identificação e combate às pragas e doenças nas plantações dos agricultores afectados nos distritos de Caué, Mé-zóchi, Lobata, Lembá, Cantagalo e Príncipe.

4. **Construção e reabilitação de infraestruturas de apoio à produção agrícola**

- Através **do Projecto de Melhoramento e Conservação dos Solos do Distrito de Mé-zóchi** foi concluída a construção de terraços na comunidade de Bom Sucesso e Saudade e feito o acompanhamento técnico da cultura de milho instalada nesses terraços. Como resultado mais de 6 hectares de milho foram abrangidos e 8 agricultores foram beneficiados.
- No âmbito do Projecto **Reforço das capacidades das comunidades rurais para a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas nos distritos de Cauê, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata f**oram instaladas 1**0** estufas agrícolas sendo 8 em São Tomé e 2 na Região Autónoma do Príncipe para a produção hortícola em ambiente protegido; Reabilitado os sistema de irrigação em Bom Sucesso; Construídas *2* pocilgas comunitárias em Roça São João e Uba Budo ; E

[1] Note-se que 1 kg de sulfato de cobre no exterior custa 2,63 euros, cerca de 64,5 STD, se incluirmos os custos de transporte e outros custos de transação, o PVP justo rondaria cerca de 90 a 100 STD, mas o PVP, na Loja LAINA é de apenas 25 STD.

encontra-se em curso a reabilitação e construção dos sistemas de irrigação na comunidade de *Rio Lima e Santa Luzia*;

- Através do PAPAC**,** foi instalado um sistema de irrigação nas parcelas de cacaueiro, 6 sistemas nas parcelas de pimenta,7 nas parcelas de horticulturas; Foi instalado 1 campo teste com vários sistemas de irrigação.

**5. Prossecução da reabilitação e/ou construção de pistas rurais**

- Através do PRIASA, está em curso a reabilitação da pista das comunidades de *Colónia à São Paulo*, com cerca de 10km, e de *Água Coimbra* no distrito de Lobata com 4,5 km. Encontra-se também em curso a reabilitação do troço de estrada *Quinta das Flores – Saudade (2,2 km*), *São Francisco/ S. Paulo (9,6 km*) na ilha de S. Tomé e, na ilha do Principe, *Santo Cristo – Abade (4,6 km), Ponte Papagaio – Bela vista ( 2,7 km).*

No âmbito das actividades realizadas pelo CIAT em 2017 no domínio de produção alimentar, foram colhidos um total 11.363,01 kg de produtos e vendidos 8.537,5 kg, conforme o quadro abaixo:

| Quadro nº1: Culturas de produção e consumo interno | | |
|---|---|---|
| Produtos/plantas | Colheita(kg) | Venda(kg) |
| Milho | 6.280 | 5.644 |
| Frutas | 1.952,51 | 1.407 |
| Produtos hortícolas | 1792,5 | 1095,5 |
| Plantas horticulas | 1338 | 391 |
| Total | 11.363,01 | 8.537,5 |

Fonte: CIAT

Com vista a promover a comercialização dos produtos agrícolas e incentivar a produção dos pequenos e médios agricultores foram realizadas 8 feiras em Penha e uma no jardim 1º de Maio.

No que concerne às **culturas de exportação,** segundo o MADR**,** no ano em análise, foram produzidas 3.372 toneladas de cacau. Sendo 1.272 toneladas por Cooperativas

apoidas pelo PAPAC (302 toneladas de cacau de qualidade e 970 de cacau biológico) e 2.100 toneladas de cacau convencional. Foram produzidas também 15 toneladas de pimenta e 9,2 toneladas de café verde.

Para melhoria da qualidade das culturas de exportação, através do CIAT, 2.813 plantas de cacau foram melhoradas e distribuídas, 352 de cápsulas de hibridas fornecidas (que são os beneficiários), 670 plantas de cacau multiplicadas, 40 plantas de cacau enxertadas e 5.915 plantas de café vulgarizadas.

Como resultado das acções desenvolvidas no sector agrícola constatou-se o seguinte:

- Através do projecto de **Horticultura Urbana e Periurbana:**
  - um aumento da produção em duas variedades de tomate, Mongal e Caraibo, em todas as comunidades beneficiárias (Comunidades de Santa Luzia, Santa Clara, São Bernardo, Ôque Máquina e R.A.Príncipe).
  - Estabilidade dos preços das hortaliças no mercado interno;
  - Maior utilização de recursos internos de produção (composto orgânico, pesticida biológico – manipueira);
  - Criação de uma cooperativa de senhoras transformadoras de produtos hortícolas em Lobata;

- No quadro do PAPAC as acções beneficiaram 4.204 familias equivalente a 16.816 pessoas.

#### **1.1.2.2** No domínio da **Pecuária**

Foram planificados programas, medidas e acções em 2017 para dar resposta aos desafios do sector como se segue:

.**Programa 3: Aumento e melhoria da quantidade de produção pecuária**

Este programa visa contribuir para o aumento da produção pecuária familiar, melhoria da dieta alimentar e contribuir para a redução da pobreza no meio rural.

1. **Promoção do desenvolvimento da pecuária de ciclo curto, nomeadamente pequenos ruminantes, aves e suinos com destaque para a pecuária familiar**

- No quadro do projecto de desenvolvimento da suinicultura, foram concedidos à crédito 2.075 sacos de ração e 105 leitões à 3 Associações de criadores;
- No âmbito do projecto de promoção da integração agro-pecuária e florestal nas pequenas e micro explorações agriculas foram importados 110 caprinos visando aumentar a produção e melhorar a qualidade;
- Estes animais foram distribuídos as associações de criadores ao nível nacional
- PAPAC em parceria com a CONSTUPEC, selecionaram as comunidades de S. Lourenço e Água Coimbra para o Desenvolvimento do projecto de Suinicultura destinado à produção de carne de Porco de qualidade, onde forneceram 27 leitões (sendo 12 reprodutoras e 15 engorda) para as comunidades selecionadas.
- No âmbito da protecção sanitária foram assistidos mais de 125 bovinos, mais 500 pequenos ruminantes, 3.000 aves em 3 explorações;

Em termos de produção durante o ano 2017:

- Foram produzidos mais de 3.500 pintos e 299 suínos, através de projecto de cooperação técnica entre a RDSTP e Republica Popular da China;
- Foram abatidos ao nível nacional, através do matadouro na cidade de S.Tomé cerca de 35 bovinos, 1554 suínos, 72 ovinos e 156 caprinos;
- No quadro do projecto de Desenvolvimento da suinicultura, foram produzidos cerca de 1.200 leitões.

**2. Incentivo a organização dos produtores pecuários**

- Efetuadas visitas visando dar assistência técnica aos produtores;
- Produzidos programas e desdobráveis com temas educativos para sensibilização dos produtores;
- Realizadas visitas as Associações de criadores de Água Izé e Porto Alegre, Associação de criadores de suínos na região Autónoma do Príncipe, a um operador privado "CONSTRUPEC" e a uma Associação localizada na Comunidade de Plancas 1ª.

**1.1.2.3** No domínio de **Floresta e Biodiversidade**

Foram planificados programas, medidas e acções em 2017 para dar resposta aos desafios do sector como se segue:

.**Programa 4: Conservação e valorização da Floresta e Biodiversidade**

Pretende-se com este programa promover acções que concorram para um ambiente saudável e o uso racional dos recursos da fauna e da flora.

1. **Combate de forma estruturada e coordenada o abate ilegal das árvores**

- Em 2017, foram realizadas vistorias no processo de abate, serragem e transporte de madeira, patrulhamento de florestas e área protegidas, reflorestação e campanhas de sensibilização. Como resultado obteve-se:
  - Realizadas 610 vistorias e emitidos 1.319 autorizações
  - Autorizadas 2.747 árvores para o abate, serragem e transporte de 7.657,17$m^3$ de madeira;
  - Realizadas campanhas de sensibilização de registo de motosserras tendo sido registadas 27 motosserras;
  - Durante a fiscalização foram apreendidos 12 motosserras;
  - Instalados pelo menos 2 centros de viveiros florestais em diferentes comunidades;
  - Em matéria de reflorestação foram produzidas 6.298 mudas na qual 3.668 foram distribuídas aos pequenos e médios agricultores.
  - No quadro do Projecto de Horticultura Urbana e Periurbana foram plantadas **217** árvores frutícolas e de sombras na localidade de Gongá.

No âmbito de gestão do Parque Natural Obô de São Tomé foram foram feitas reuniões de sensibilização com alguns agricultores da localidade de Boa Esperança e operadores de turismo mas concretamente as agências de viagens.

2. **Revisão do quadro jurídico e institucional sobre a gestão das florestas**

- No âmbito do projecto de Reforço da contribuição dos produtos florestais não lenhosos (PFNL), foi criado o Comité do Conselho Consultivo Nacional do PFNL (CCN-PFNL) de São Tomé e Principe e elaborado, actualizado e validados alguns documentos contribuindo para melhoria do quadro legal e institucional do sector dentre eles se destacam:

- Lei 5/2001 actualizada e o Lei 5/2001 actualizada e encontra-se no processo de aprovação;
    - Foi também elaborado dois estudos sobre os PFNL nas comunidades piloto.

- Como reforço de capacidade institucional do Parque Nacional Obô de São Tomé, a instituição foi beneficiada de meios rolantes e equipamentos (1 carrinha, uma motorizada, 1 computador de mesa, 1 computador portátil e duas mesas de escritório);

3. **Vulgarização e sensibilização da população rural, sobre a necessidade de conservação do meio ambiente, floresta e biodiversidade**

- Produzido e distribuído materiais sobre a conservação e gestão sustentável das florestas;
- No quadro das comemorações do dia internacional das Florestas *( 21 de Março)*, Água e Meteorologia *(22 de Março)*, foram realizadas 2 palestras e debate na Televisão e Rádio nacional sobre *Floresta e Energia".*

### 1.1.3. Pesca

Pesca é a semelhança do sector agrícola, também é o sector de grande potencial no desenvolvimento económico do país visto que contribui na criação de emprego, riqueza e na luta contra a pobreza. Entretanto, a sua contribuição na formação do PIB ainda é pouco expressiva com uma participação de apenas 3%. Para efeito, o aumento e melhoria da qualidade do pescado, aumento do controlo dos recursos pesqueiros, a sua captura, tranformação e comercialização apresentam neste domínio como programas e medidas prioritárias para o Governo.

**Programa: Aumento e melhoria da qualidade de produção do pescado**

Este programa visa aumento da produção e da produtividade do sector das pescas através da difusão de equipamentos e técnicas mais adequadas ao desenvolvimento da pesca.

Neste sentido, em 2017 foram realizadas as seguintes medidas de política:

1. **Melhoria das capacidades técnicas dos recuros humanos dos serviços de pesca**

- No quadro do **Projecto de melhoria das condições higiénico/ sanitárias dos produtos de pesca o**btevesse-se melhorias na operacionalidade dos serviços de inspeção e controle sanitário das pescas através de:
    - Formação de inspetores sanitários;
    - Realização do estudo socio económico dos produtos do pescado ajustando valor acrescentado;
    - Levantamento do estado higienio-sanitário dos produtos (pescas) agrícolas na sua transversabillidade;
    - Realização de ateliê de sensibilização dos agentes de pesca proporcionando melhoria das condições higiénico sanitária dos produtos de pesca sobre a forma de manuseamento e armazenamento de pescado nos locais de desembarque em diferentes fileiras**.**

2. **Reorganizar as Associações dos pescadores e palaiês e incentivar a criação de cooperativas**

- No quadro do **Projecto de reforço das capacidades das comunidades piscatórias:** foi revitalizalizado e dinamizado as associações de pescadores existentes através de reestruturação e acompanhamento das associações culminando com a criação de atividades geradora de rendimento tendo sido beneficiadas 13 comunidades sendo oito em São Tomé ( Porto Alegre, Messias Alves, Santa Catarina, Praia Melão, Praia Pespueira, Palaies do mercado de Trindade, de Guadalupe e de Santana) e cinco na Região Autónoma do Principe ( Praia Lapa , Praia Seca, Praia Abade , Praia Burra e Santo António).

3. **Actualização da lei e regulamento de pesca registo de embarcações, regime de licenças de pesca, sistema de controlo e fiscalização**

- Com o propósito de **e**stabelecer normas que garanta a gestão sustentável dos recursos pesqueiros, foram actualizados alguns regulamentos tornando-os mais adaptáveis as necessidades do sector.
    - Proposta de Decreto-lei VMS - Que estabelece o sistema de Monitorização e Controlo das Embarcações de Pesca

- Proposta de Decreto-lei sobre a Pesca Desportiva e Recreativa em S. Tomé e Principe
- Proposta de Decreto-lei sobre Apanha – que estabelece normas para o exerciço das actividades de apanha em S. Tomé e Principe
- Proposta de Decreto-lei

**4. Aprovisionamento e insumos de pesca, equipamento de navegação e de segurança**

- Foi atendido alguns pescadores e palaiês com matérias como: rede, fio, coletes de salvavida, GPS capas de chuva,etc, e financeiramente.
- Foi assinado um acordo Tripartido Governo/BGFI-Bank e MARAPA para atribuição de micro créditos aos pescadores artesanais semi-industriais e palaies com objectivo de melhorar as condições de trabalho e produtividade dos mesmos.
- Foram construídas e equipadas com materiais de trabalho (botes, motores arcas secadores solares etc) sede de associações (edificio em alvenaria) em Neves, Porto Alegre, Praia Melão e Angolares visando melhorias de condições.

**5. Luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada**

- Através do Projecto Embarque do Observador a bordo, foram colocados a disposição 3 observadores a bordo para 6 navios tendo sido efetuados 6 embarque no porto de Abdjam, 5 desembarque no mesmo porto e 1 desembarque no porto de Dakar visando controlar a atividade piscatória através de navios e, consequentemente, combater a pesca ilegal.
- Quanto a inspeção, São Tomé e Príncipe tem acordo de fiscalização com a Republica do Gabão e foram efetuadas operações de fiscalização conjunta com o apoio do navio Bob Baker. Tendo sido inspecionados 6 navios, detetadas e sancionadas algumas infrações em função do previsto na lei .

### 1.1.4. Comércio

O comércio é um sector de grande importância para a economia São-Tomense por representar 28% do PIB. Entretanto, existem vários factores que têm deficultado o seu desenvolvimento associado a excessiva informalidade, descapitalização dos agentes, insuficiência da legislação e falta de um mecanismo que garanta a defesa do consumidor e ausência de economia de escala.

De forma, para dar resposta aos desafios existentes, foram programadas medidas através do seguinte programa:

**Programa: Inserção da economia na sub-região e no sistema comercial multilateral**

Preconiza-se com este programa promover a reorganização do comércio interno, a integração do país na sub-região e no sistema comercial multilateral, de modo a tirar pleno proveito da localização estratégica no golfo da Guiné e no mundo.

Neste sentido, em 2017 foram realizadas as seguintes medidas de política:

1. **Reforço do mecanismo de abastecimento e de seguimento do mercado relativamente aos bens alimentares da primeira necessidade;**

- Com base nas legislações vigentes ( Decreto-Lei nº 41 204- Referente a Infracções contra a saúde pública, das infrcções antieconómicas e economia nacional, Decreto Provincial nº 2/74- Sobre matérias de limitação dos preços, do BOLETIM OFICIAL DE DE SÃO TOMÉ E PRINCIPE, NUMERO 11 DE 14 DE MARÇO DE 1974, Decreto nº 7/2004 –Que regula o exercício da Actividade comercial e o seu Licenciamneto, Despacho Conjunto nº 47/2011- Que actualiza a tabela de preço das coimas presentes no D-L 41 204, procedemos ao seguimento do mercado relactivamente a matéria de abastecimento e controlo de venda desses produtos ao público, por intermédio de inspecções e fiscalizações, evitando assim, especulações e açambarcamentos dos produtos em causa.

### 1.1.5. Sector Privado e atracão de investimento

O ambiente de Negócio em São Tomé e Príncipe é caracterizado por um conjunto de factores e contextos que condicionam o desenvolvimento das actividades do sector privado nacional, bem como a atração de novos investimentos.

O contexto ditado pela dimensão do mercado, a exiguidade e debilidade das infra-estruturas, a fraca poupança interna e a indequação do sistema de crédito, tem constituído um importante factor de dissuasão para os operadores económicos.

Por isso, a melhoria sistemática do ambiente de negócios, através do desenvolvimento de infra-estruturas, acesso ao financiamento, aumento de eficiência da administração pública e a estabilidade macroeconómica, impulsionarão as condições de atração de investimentos, respondendo dasta forma à procura de bens e serviços. Para o efeito, foram programadas medidas através do seguinte programa:

**Programa: Promoção do sector Privado como opção viável para o desenvolvimento da economia nacional**

Com este programa pretende-se superar os constrangimentos de que padece o empresariado nacional e contribuir para a criação de um ambiente propício ao surgimento de um sector privado mais forte e competitivo. Neste contexto, em 2017 foram realizadas as seguintes medidas de política:

1. **Elaboração e validação do Plano Estratégico para a Promoção de Investimento**

- Foi elaborado o Plano Estratégico para a Promoção de Investimento (STPIPS). Este Plano foi concebido como um plano director que fornece directrizes essenciais para melhorar e ampliar os esforços do país no sentido de atrair investimento e reforçar a capacidade de execução da agência de promoção de investimento, a STPIPS visa aumentar e diversificar os fluxos de investimento privado local e estrangeiro através da implementação de um conjunto competitivo de melhores práticas para a promoção de investimento, tendo o seu foco em orientar os investidores.

2. **Operacionalização da APCI e sua eventual filiação na Associação Mundial das Agências de Promoção de Investimento**

- A APCI programou e orçamentou para o ano económico 2017, a sua filiação na Associação Mundial das Agências de Promoção World Association of Investiment Promotion Agency (WAIPA).Esta planificação decorre da necessidade de integração da APCI na mais importante rede da Agência de Promoção de Investimento do mundo e responde também a recomendação saída do fórum do sector Privado sobre as oportunidades de Investimento nos países menos desenvolvida (PMD's). Neste sentido, deu-se démarche junto a organização, que demostrou abertura em facilitar o processo no decorrer do ano 2017, no entanto o valor da cotização anual seria de Dois Mil e Quinhentos Euros (€2.500). No entanto, o processo não teve êxito por falta de meios financeiros.

### 1.1.6. Planeamento e Estatistica

Planeamento é a condição imprescindível para a diversificação das acções e dos alcance de resultados. Ele representa o guia para conferir maior estabilidade e coerrência no clima de negócios bem como a mitigação dos riscos. A limitada capacidade institucional para gestão do processo de desenvolvimento incluindo a concepção de políticas de monitorização dos seus efeitos foi identificada na Agenda de tranformação de São Tomé e Príncipe 2030 como um dos maiores desafios ao desenvolvimento do país.

O Sistema Nacional do Planeamento criado através do Decreto nº 6/2017, clarificou o quadro institucional das competências o que permitirá aumentar a capacidade de resposta das estruturas de planeamento a todos os níveis central, sectorial, regional e distrital na perspectiva da articulação e coordenação das políticas públicas de desenvolvimento. E os dados estatísticos são imprescindíveis no processo de planificação, seguimento e avaliação.

**Programa : Melhoria do sistema de informação e orientação de políticas públicas**

Tem como objectivo ajudar na Administração Central e Regional a tomar decisões em matéria de politica económica e social. Pretende-se com suas acções disponibilizar os sistemas de informações sócio económicas e melhorar o processo de planeamento com vista a orientar as decisões em matéria de políticas públicas.

Neste quadro as medidas e acções desenvolvidas produziram os seguintes resultados :

1. **Aprovação e aplicação da Lei de Base do Sistema Nacional de Planeamento**

- Aprovada a Lei nº6/2017, Lei base do Sistema Nacional de Planeamento, no Diário da República Nº 37 de 03 de Abril de 2017; Deu-se início a implementação da referida lei base com as seguintes acções:
- Elaborado e adoptado o plano estratégico;
- Elaborado o Plano Nacional do Planeamento e encontra-se no processo de aprovação.

2. **Reforço da capacidade na concepção, planificação, seguimento e avaliação das estratégias, programas e projectos de desenvolvimento ao nível das unidades de planificação sectorial**

- Capacitado os técnicos do Gabinete de estudos e planeamento de todos os ministérios em matérias de perfíl de devedendo demográfico e integração do perfíl nos programas e políticas nacionais e sectórias;
- Recrutada assistência técnica para reforço de capacidades dos quadros da DNP no domínio de gestão de investimento público.

3. **Reforço de capacitação dos técnicos do INE**

- Reforçada as capacidades técnicas dos quadros do INE da área de contas nacionais; análise das séries temporais e técnicas econométricas de extrapolação e reptropolação e na recolha e dos dados do Inquerito aos Orçamentos Familiares (IOF) ;

  Por outro lado, foi actualizada e validada a Estratégia Nacional para Desenvolvimento da Estatística **(**ENDE-2018-2021).

## Capítulo II - Reforçar a Gestão das Finanças Públicas

Neste capítulo, o Governo pretende introduzir boas práticas em matéria de gestão e prestação de contas do erário público e reforçar o processo de consolidação orçamental. É neste quadro que o Governo definiu um conjunto de medidas e acções no domínio das Finanças Públicas.

### 1.2.1 Finanças Públicas

**Programa: Gestão das Finanças Públicas**

Este programa visa prosseguir com acções de consolidação das conquistas já alcançadas, nomeadamente na melhoria do quadro legal subjacente à gestão das finanças públicas, melhorias na prestação de contas por parte das instituições do Estado, aperfeiçoamento do sistema de licitações e contratações públicas, do sistema informático, do sistema de colecta de impostos e outras receitas não fiscais; integração dos diferentes serviços e instituições envolvidos na administração de recursos numa plataforma informática única, entre outros.

1. **Reforço do mecanismo de combate à fraude, contrabando e lavagem de dinheiro**

   Esta medida consubstanciou-se no reforço de cooperação entre Unidade de Informação Financeira, Banco Central e o Ministério Público sobre riscos e vulnerabilidades em matéria de branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo de modo a assegurar a eficácia na prevenção e combate do branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo. Neste âmbito:

   - Foi elaborado a Estratégia nacional de prevenção de luta de branqueamento de capitais, financiamento de terrorismo "2018-2020";
   - Foi elaborado a proposta da Lei sobre o terrorismo e o seu financiamento que estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva contra o terrorismo e o seu financiamento, a proliferação de armas de destruição em massa e incorpora as disposições relativas as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1267 e 1373. A lei será aprovada em 2018.

2. **Reforço dos mecanismos de preparação, elaboração, aprovação e execução do OGE**

   O Orçamento Geral do Estado é o documento no qual estão previstas as receitas a arrecadar e fixadas as despesas a realizar num determinado exercício económico e tem por objecto a prossecução da política económica e financeira do Estado. No quadro da Reforma da Administração Financeira do Estado e de modo a permitir uma correta elaboração, apresentação e execução do Orçamento Geral do Estado, a sua elaboração obedece ao que consta na alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 22.º da Lei 03/2007 e

perspetiva uma evolução gradual para uma abordagem de Orçamento Programa. Ciente de que a solidez das finanças públicas tem um papel preponderante na estratégia de desenvolvimento, na medida em que transmite confiança aos investidores e doadores e ainda permite ao Estado eliminar desperdícios que poderão ser canalizados para investimentos estratégicos, com vista ao crescimento económico, o Governo adoptou como princípio prioritário, para a condução de todas as políticas, que nenhuma medida com implicações financeiras será decidida sem uma análise qualitativa e quantitativa das suas consequências no curto, médio e longo prazos e sem a verificação explícita da sua compatibilidade com os compromissos do país. Paralelamente, não descurando o cumprimento das medidas acordadas com as instituições de Bretton Woods, o Governo é rigoroso na concretização do processo de ajustamento da economia e, em particular, dos objectivos e exigências a que está sujeito, precavendo-se contra eventuais desenvolvimentos adversos externos e internos.

A preparação e elaboração da proposta do Orçamento para o exercício económico teve por base os princípios consagrados na Lei n.º 3/2007, seguindo as orientações do Programa do Governo no que se refere aos eixos de política orçamental e financeira.

O Governo adopta como princípio prioritário, para a condução de todas as políticas, que nenhuma medida com implicações financeiras será decidida sem uma análise qualitativa e quantitativa das suas consequências no curto, médio e longo prazos e sem a verificação explícita da sua compatibilidade com os compromissos do país.

Na necessidade de aligeirar o processo de elaboração do Orçamento, todos os órgãos da Administração Central do Estado colaboram no sentido de enviar à Direção do Orçamento, o anteprojecto do seu orçamento, devidamente ajustadas e compatibilizadas com as políticas, prioridades e novas directrizes, globais e sectoriais do Governo. Realiza-se após discussões técnicas entre os Órgãos/Serviços, Direcção do Orçamento e a Direcção Geral do Planeamento, uma arbitragem política entre o Ministro que tutela a área das Finanças e respectivas tutelas sectoriais e posterior decisão política do Conselho de Ministros. São responsabilizados os serviços da Administração Pública, e respectivos dirigentes, pelo cumprimento da obrigação de prestação de todas as informações sobre as receitas que arrecadam e a sua consequente orçamentação, prevendo-se nas situações de incumprimento, a suspensão das transferências de recursos para as entidades incumpridoras.

3. **Apropriação do quadro de despesas de médio prazo enquanto instrumento de programação financeira das despesas públicas**

- De modo a melhorar a articulação entre políticas, planeamento e o orçamento, e alocar os recursos com base em programas e prioridades previamente definidas, em colaboração com os sectores técnicos, deu-se continuidade ao processo de actualização de QDMP nos sectores da Educação, Agricultura, Pesca, Água e Saneamento, Energia, Ambiente, Juventude e Desporto, Emprego e Protecção Social, Turismo, Administração Interna, Comércio, Defesa, Indústria, Justiça, e Negócios Estrangeiros.

4. **Reforço do mecanismo de controlo da gestão das despesas públicas, e eliminação das derrapagens e atrasos;**

- Foi reforçado o mecanismo de controlo de gestão das despesas públicas e eliminação das derrapagens e atrasos, mediante a criação e adopção do mecanismo de ajustamento automático de preços dos produtos petrolíferos "GAMAP". Desta formam criadas sobretaxas de reembolso incorporadas no produto final afim de evitar situações de derrapagens e atrasos.
- Foram acelerados os processos de reforma da empresa pública EMAE para reduzir os prejuízos e estancar os riscos fiscais.
- Foi introduzida a Contribuição Mínima de Tributação (CMT), onde todos os contribuintes da categoria A (rendimentos de trabalhos dependentes e de pensões) passaram a contribuir com o mínimo de 25,00 Dobras mensais, e todos da categoria B (rendimentos empresariais e profissionais) do IRS com 300,00 Dobras, situação que não acontecia até ao final do ano passado. A introdução da CMT veio de certa forma minimizar o impacto negativo resultante do ajustamento das Parcelas a Abater, embora numa proporção muito reduzida.
- Ao nível de despesas com bens e serviços, foram reduzidos o montante de combustível, Lubrificantes e comunicação, do montante inicialmente aprovado em 30%, exceptuando os serviços cuja operação diária não deverá ser afectada por insuficiência de meios (hospital, forças militares e paramilitares); redução do Subsídio de Comunicação (cartão de recarga) em 30%. Paralelamente, ao nível dos serviços foram introduzidas medidas de racionalização do consumo de serviços de comunicação, passando pela introdução de plafond nos serviços (serviços Pré-

pagos). Nos serviços, o consumo de Água e Electricidade passou a ser controlado mediante a conferência das facturações e os pontos de consumo.

- A nível técnico, a deslocações para o exterior passaram a ser autorizada sempre e quando o financiamento fosse assegurado pela própria missão.

**5. Actualização da Lei sobre o Sistema de Administração Financeira do Estado**

- Foram identificados aspectos da lei a serem actualizadas bem como a elaboração da nova proposta.

**6. Integração dos serviços envolvidos na gestão de recursos financeiros numa plataforma única.**

Como forma de diminuir a despesa com diversos serviços envolvidos na gestão de recursos financeiros é do interesse do governo a adopção de uma plataforma única.

- Foi realizado um estudo sobre o ponto de situação e medidas a serem implementadas e o valor monetário aproximado para a sua efectivação. Trata-se de uma acção ainda em curso tendo em conta que constata-se a manifestação de alguns parceiros em apoiar técnica e financeiramente o Governo na sua implementação.

Para além das realizações enquadradas nas medidas destacam-se outras realizaçõses como se segue:

- SydoniaWorld foi extendido à Região Autónoma do Príncipe e o sistema já esta operacional.
- Realizadas duas visitas de estudos aos portos do Gana e da Guiné Bissau, com objectivo de conhecer o *modusoperadis* das empresas que fornece os scaners, das condições exigidas para implementação que deu como resultado o estudo sobre a utilização de scanner.
- Foram realizadas acções de formação no exterior para os informáticos das Alfândegas no domínio da programação e base de dados.

## Capítulo III – Investir na Modernização da Infra-Estruturas Económicas e Sociais

O Governo ambiciona, neste capítulo, a modernização das infra-estruturas económicas e sociais necessárias para desenvolver o sector privado e estimular o crescimento. Neste

âmbito, em 2017 foram definidas medidas nos seguintes domínios: **i)** Porto e Aeroporto**; ii)** Energia**; iii)** Água; **iv)** Saneamento**; v)**Telecomunicações**; vi)** Transportes Terrestres.

### 1.3.1. Porto

O porto de São Tomé e Príncipe depara com inúmeros constrangimentos que têm limitado a competitividade e internacionalização da economia são-tomense mormente a falta de equipamentos adequados à operacionalização portuária, os elevados custos de operações portuárias de cargas e descargas de bens importados e exportados por navios que operam ao largo do porto por causa da pouca profundidade do porto e das limitações dos espaços terrestres para expandir as áreas de operações portuárias, tem constituído um dos factores de bloqueio ao desenvolvimento da competitividade e internacionalização da economia. Para tal, modernização e expansão das infra-estruturas de transporte marítmo e construção de infra- estruturas apresentam neste domínio como prioritáridade do Governo, como assim se segue:

**Programa: Modernização e expansão das infra-estruturas de transporte marítmo**

Este programa visa tornar as operações portuárias eficientes e eficazes. Sendo assim, em 2017, o sector viu implementado algumas medidas de politica como se segue:

1. **Construção e reabilitação de infraestruturas**

- Foi feita a requalificação e expansão das operações portuárias que consistiu na melhoria e ampliação da área do parqueamento de contentores por forma a tornar as operações portuárias eficientes e eficazes.

### 1.3.2. Aeroporto

A modernização e extensão dos aeroportos do país, e em particular o aeroporto internacional de S. Tomé e Principe, constitui um factor essencial para a promoção do desenvolvimento do País. As infraestruturas aeroportuárias padecem de problemas estruturais com deficiência de segurança para operações aéreas (VOR-DME), assim como das normas internacionais de segurança e de qualidade da (ICAO). Para dar

resposta aos desafios, o Governo definiu como programa a modernização e expansão aeroportuária e  um conjunto de medidas em 2017.

**Programa: Modernização e expansão aeroportuária**

Este programa visa criar condições de acolhimento de aeronaves de maior porte  através do aumento das pistas, das placas de estacionamento e do terminal de passageiros.

1. **Reforço da capacidade profissional dos técnicos da ENASA, INAC e Meteorologia**

- Para o reforço da capacidade dos quadros técnicos através da cooperação entre Autoridades de Aviação Civil do Gana e Autoridades nacional, foram realizadas diversas acções de formação que permitiram capacitar:
    - 20 técnicos em Língua inglesa;
    - 9 técnicos do sector de Serviço de Informação Aeronáutica;
    - 2 técnicos do Sector de Electrónica em Raio X;
    - 2 técnicos do sector de Electricidade em Iluminação e Balizagem de Pista;
    - 3 controladores de Tráfego Aéreo no curso de formação de Aproximação e Controlo de Área;
    - 01 Controlador no curso de refrescamento para Instrutores;

  No centro de formação foram formados no país dez (10) técnicos incluindo as chefias dos Departamentos em língua inglesa.
    - 12 Controladores de Tráfego Aéreo prticiparam na formação em Segurança Básica 1,2,3 e Plano de Resposta a Emergência;
    - 3 Técnicos participaram na formação de Mercadorias Perigosas, Segurança na Carga e Correio/Gestão de Crise/Facilitação na Aviação Civil
    - 6 Técnicos no curso de Chefe de Equipa de Bombeiros de Aeroporto
    - 3 Técnicos nas áreas de Certificação de Aeródromos e Monitoramento, Manutenção das Obras e Equipamentos Aeroportuários e Gestão de Riscos;

- No que concerne às infraestruturas, foi reabilitada a torre de controlo faltando apenas o seu apetrechamento estando prevista a instalação de ADS-B, (radar virtual) no centro de controlo de tráfego, para visualização das aeronaves que sobrevoam o espaço aéreo nacional;

- Os esforços empreendidos tiveram como resultado a melhoria das condições da segurança aérea o que permitiu a saída do país da lista negra dos países que não cumprem as normas internacionais de segurança área.

### 1.3.3. Energia

O fornecimento de energia eléctrica em São Tomé e Príncipe continua sendo uma prioridade para o Governo, pelo que os esforços têm sido desenvolvidos para melhorar a qualidade da produção e, consequentemente a cobertura por todo país.

**Programa : provisão de energias fiável de baixo custo**

O programa visa o desenvolvimento de energia limpa e de qualidade, neste sentido no quadro da implementação das medidas previstas obteve-se os seguintes resultados:

1. **Fornecimento de energia eléctrica a diferentes comunidades rurais do país**

- Esta medida visa melhoria da taxa de acesso à energia elétrica no país; incremento na taxa de cobertura elétrica do país; melhoria de condições de vida da população das comunidades beneficiadas; redução da taxa de pobreza; redução de êxodo rural; melhoria na proteção e segurança para as comunidades locais.

Em 2017, a expansão e acesso à energia elétrica evoluiu positivamente, consistindo na electrificação rural, agrícola e peri urbana, enquadrado nas políticas de Modernização do Tecido Económico. Neste contexto foram electrificadas 14 localidades nomeadamente:

- Zona Centro: Lemos Cima, Filipina, Piedade-Trindade e Milagrosa;
- Zona Sul: Caridade, Santa Cecília, Colónia Açoriana, Angra Toldo Praia, Angra Toldo Cavalete e Cidade de Angolares;
- Zona Norte: Monte Forte, Espranhia, Diogo Vaz e Vila de Santa Catarina.

Como consequência pode-se observar no quadro nº2 , a variação acumulada da taxa de acesso à energia entre 2015 e 2017 foi de mais 6.110 novos acessos, a que

corresponde um crescimento de 15,6%, dos quais 4.830 ligações domiciliares (14,3%) e os restantes 1.280 para uso não-doméstico (24,7%).

**Quadro nº2 - Variação acumulada da taxa de acesso à energia**

| Categoria | 2015 | 2016 | Variação | | 2017 | Variação | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Quant. | Perc. | | Quant. | Perc. |
| Clientes domésticos | 32 665 | 35 318 | 2 653 | 8,1% | 37 495 | 2 177 | 6,2% |
| Clientes não-domésticos | 4 867 | 5 457 | 590 | 12,1% | 6 147 | 690 | 12,6% |
| **Total** | **37 532** | **40 775** | **3 243** | **8,6%** | **43 642** | **2 867** | **7,0%** |

**2. Reabilitação e extensão da rede de baixa e média tensão**

- No âmbito da extensão das redes elétricas, no ano 2017 foram instalados um total de 15 Postos de Transformação, aproximadamente 14 Km de linhas de Média Tensão e 10 Km de linhas de Baixa Tensão, na Zona Norte até a cidade de Angolares e na Zona Sul até a vila de Santa Catarina;

- No quadro de reabilitação das redes elétricas que ainda sobreviviam do período colonial, foram instalados 13 Km de linha de Média Tensão com alteração de 6 KV para 30 KV (linha de Guegue), com derivação para San Maria e Algés, incluindo 12 Postos de Transformação nas respetivas derivações e substituídas linhas de Baixa Tensão que introduziu cabos torçados em 16 localidades:
    - Água Grande: Água Porca, S. Marçal, Palha, Oque d'El Rei e Bairro Verde;
    - Mé-Zochi: Cola Grande, Montalvão, Bom Bom, Amparo, Caixão Grande, Obolongo e Piedade-Trindade;
    - Cantagalo: Água Izé;
    - Lobata: Santo Amaro;
    - Lemba: Neves, Beng-Neves.

### 1.3.4. <u>Água</u>

Embora São Tomé e Príncipe possui um elevado potencial hídrico composto de mais de 50 cursos de água, mas a sua distribuição ainda é desigual ao nível de território nacional. De modo a combater esta problemática, o Governo aposta na reabilitação,

ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água como via para a resolução desta problemática.

**Programa: Reabilitação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água**

O programa visa a reabilitação e a operacionalização dos sistemas de irrigação e o abastecimento de água para atender as necessidades das populações. Desta forma, no ano em análise realizou-se a seguinte medida de política:

1. **Reabilitar as redes de abastecimento, transportes e distribuição de água**

Dando sequência da implementação do Plano Diretor de Àgua e Saneamento, o programa de abastecimento de água potável foi desenvolvido em duas direções: construção de novos sistemas completos (Captação, Reservatórios de Água Bruta, Estação de Tratamento, Reservatórios de Água Potável, Adução e Distribuição) e, reabilitação e ampliação de sistemas existentes. Pelo que:

- Foi concluída a construção de novos sistemas completos em Neves (distrito de Lembá), com uma extensão de 4,774 Km de Condutas Adutoras (Transporte), 11,804 Km de rede de distribuição e 3 (três)) Reservatórios com uma capacidade total de 1.600 m3, bem como o novo sistema completo de Ribeira Afonso (fonteira entre os distritos de Cantagalo e de Caué), com uma extensão de 2,742 Km de Adutoras, 4,734 Km de rede de distribuição e 1 (um) Reservatório com uma capacidade total de 500 m3;
- Procedeu-se à ampliação do sistema de Rio do Ouro (distrito de Lobata, com abrangência aos distritos de Água Grande e Mé-Zochi), o qual conta agora com uma extensão de 23,279 Km de Adutoras, 51,263 Km de rede de distribuição e 8 (oito) Reservatórios com uma capacidade total de 1.305 m3;
- A ampliação do sistema de Cangá/Obolongo (distrito de Mé-Zochi) que já dispunha de 3,027 Km de rede de distribuição instalada e a reabilitação do sistema de Mateus Angolares, encontram-se na fase de execução;
- Foi também concluída a fase de Estudos e Anteprojeto Técnico, bem como o processo de Concurso para obras de construção do novo sistema completo de Santana e Água Izé no distrito de Cantagalo que se iniciarão brevemente.

### 1.3.5 Transportes terrestres

As infraestruturas rodoviárias constituiem uma problemática no país, pelo que o estado das estradas, sobretudo, das terras batidas continua a ser um dos constrangimentos à competitividade económica e à qualidade de vida dos que habitam no meio rural. Por isso, o Governo definiu como programa construção e reabilitação do sistema a fim de melhorar a rede viária nacional e reforçar a manutenção e reparação das estradas.

**Programa: Construção e reabilitação do sistema viário: expansão e modernização do sector de transportes terrestres**

Preconiza-se com este programa melhorar a operacionalização das estradas, contribuindo assim para a redução dos custos de transporte e criação de condições para a promoção de economia real.

1. **Melhoria da rede viária nacional**

- Reabilitada 73.34 Km de estradas em Mistura Betuminosa a Quente (MBQ) nos troços de Rua Doida, EN3, Aeroporto/Praia Gamboa, Conde/Micoló, Sto. António/Porto Real e Arruamentos de cidade Sto. António;

- Construída 7,20 km de estradas em Mistura Betuminosa a Quente (MBQ) (Penha/lixeira/Água Porca), conlcluiu-se 4,79 Km de estradas em terra batida ou tout venant (Micoló/Fernão Dias, Arruamento Bairro Muquinquim, Santana/Micondó e Via de acesso a cemitério de S.J. Angolares) e 6,3 Km em calçada nas comunidades rurais (S.Fenícia/Pinheira, Via de acesso a cemitério de Sto. Amaro, Conde Gleba e Ponta Figo Generosa), e procedeu-se a reabilitação de 3,15 km de estradas em terra batida (tout venant).

2 **Reforçar o programa de manutenção e reparação de estradas**

- Através do GIME, procedeu-se à manutenção de 836,93 km de estradas com capinação nas bermas, limpeza de sistemas de drenagem e realização de pequenos trabalhos de remoção de pequenas derrocadas e desbravamento e tapagem de buraco, limpeza de divergentes, abertura de aquedutos, travessias e valas divergentes nas estradas (nacionais, secundarias e terciárias).

## Capítulo IV – Assegurar uma Melhor Gestão do Território e do Meio Ambiente

### 1.4.1. Ordenamento do território, obras públicas e urbanismo

Em 1977, ou seja, dois anos após a independência do país, STP concebeu o seu primeiro documento de planificação nacional, com o apoio da então Jugoslavia. Este primeiro Plano nacional, de ocupação do território e utilização das terras, teve em conta as vantagens comparativas de cada uma das zonas e distritos do país. Em seguida, foram elaborados planos de expansão, sobretudo urbanas, para a cidade de São Tomé, o sector Norte, entre Gonga e Santa Amaro-Aeroporto, e de outras zonas do Distrito de Agua Grande sobretudo. Alguns diplomas legais, sobretudo de ordenamento do território, foi elaborado, mas nunca aprovado, ou mesmo se aprovado a sua implementação de facto não teve lugar.

STP, foi vivendo ao longo dos tempos, e, sobretudo após a abertura politica, um período de alguma anarquia no que se refere a ocupação do solo para todos os fins.

A efectivação do ordenamento do territorio, a implantação das infraestruturas socio-económicas indispensaveis ao desenvolvimento dos diferentes sectores, ou mesmo a alocação de terras a diferentes fins, segundo a sua vocação, continua a clamar por uma atenção particular, e constituía preocupações dos sucessivos governos de STP, até que de facto se concretizou através de um apoio do Fundo Africano de Desemvolvimento em 2015.

Face ao desenvolvimento do parque habitacional, dissociado do deenvolvimento de infraestruturas de base, e concomitantemente, um uso e transformação dos solos não conforme as politicas sectorias, e dissocido de uma visão de longo prazo de ocupação das terras;

O Governo lançou em 2016 o Projecto Nacional de Ordenamento do Territorio e Urbanismo, com o propósito de Contribuir para a redução da pobreza, através da garantia de um desenvolvimento harmonioso do território nacional, de uma melhor repartição da população e das actividades, tendo em atenção os constrangimentos e as

potencialidades do meio natural, as especificidades sócio-económicas das regiões e a protecção do ambiente.

Durante o ano de 2017, foram consolidadas as condições básicas para o funcionamento da unidade de gestão do projecto, e serviu para identificar, seleccionar, recrutar e negociar com o gabinete de estudos que deverá elaborar o Plano Nacional de Ordenamento do Território, produzindo e fornecendo informações, conforme os seguintes resultados esperados: (i) Novo Quadro Juridico e Regulamentar de Ordenamento do Território e Urbanismo produzido, (ii) Cartografia e SIG de apoio ao Ordenamento do Território elaborada (iii) Plano Nacional de Ordenamento do Território (PNOT) e Planos Distritais e Regional elaborados(PDD/PDR); (iv) Capacidades dos Técnicos dos sectores afins reforçadas.

### 1.4.2. Saneamento

A situação em matéria de saneamento é mais preocupante do que o abastecimento de água. O país confronta-se com problemas de drenagem das águas pluviais e da evacuação dos lixos, especialmente nas zonas urbanas. Essa situação contribui para a difusão de doenças infecciosas e parasitárias. Neste contexto foram desenvolvida acções no seguinte programa:

**Programa: Aumento e melhoria de acesso ao saneamento básico**

**1. Manutenção, limpeza e saneamento de canais**

Foi feita a limpeza e desassoreamento dos rios paga Fogo, Contador e Provaz e rebilitado as sapatas dos muros.

## Principais constrangimentos do Eixo I:

- Um dos maiores constrangimentos que tem comprometido a execução das actividades programas neste eixo tem sido o desbloqueamento dos fundos orçamentados principalmente nos sectores agrícola e infraestrutura.
- Fraca capacidade institucional que se manifesta por : Défice de quadros técnicos qualificados em todas as direcções do sector produtivo (Agricultura Pecuária, Planificação, Irrigação, Hidraulica, Estatistica, etc);

- Desmotivação dos recursos humanos devido ao deficiente enquadramento do pessoal e de promoção de carreira bem como a ausência de uma programação em matéria de formação , especialização e capacitação de quadros a diferentes níveis e valências profissionais ( no interior e exterior do país);
- Carência de dados estatísticos no sector agrícola;
- Ausência de uma política coerente de crédito agrícola e/ou de micro – finança em apoio ao sector primário;
- Quadros normativos e legislativos dos sectores inexistente e/ou desajustados por exemplo : legislação fundiária, legislação de concessão de micro-crédito rural, lei do ordenamento do território e urbanismo; legislação afecta ao DRCAE;
- Falta de matéria prima (milho) para o fabrico de ração animal.

## Conclusões e recomendações do eixo I:

- Constatou-se que durante o período diversas acções foram desenvolvidas para o alcance dos objectivos deste eixo dos quais a participação do país nas feiras internacionais do turismo; melhoria de alguns sitios de interesse turistico, assistência técnico junto aos agricultores, criadores, pescadores; Fornecimento de insumos, materiais e equipamentos agrícolas; Criação de cooperativas de senhoras transformadoras, realização de várias feiras agricolas; Incentivo à produção pecuária; Melhoria do processo de planeamento; Reforço da capacidade profissional dos técnicos da ENASA e melhoria de operacionalização das estradas.

- Não obstante alguns resultados alcançados torna-se imprescindível a mobilização de recursos para o financiamento das acções deste eixo; Dar uma verdadeira autonomia ao sector das Pescas, de forma a fazer um melhor aproveitameno das receitas provenientes do processo de emissão da licença da pesca industrial aos navios no âmbito dos acordos de Pesca; Elaborar Plano de ordenamento do território, incluindo o desenvolvimento florestal;Reforçar a capacidade institucional das instituições ligadas a este eixo para que haja maior dinâmica e eficiencia na realização da missão que lhes é incumbida;Dinamizar os órgão de planeamento sectorial para que a produção dos relatórios sectoriais sejam mais consistentes.

## Eixo II - Aposta na Coesão Social e na Credibilidade Externa

O Governo considera a coesão social como factor determinante para implementação da política de transformação e melhoria das condições de vida dos São-tomenses, neste sentido o Eixo II do GOP 2017 congrega opções e medidas de politica para os sectores relacionados ao Eixo subdivididos em 5 capitulos que serão analizados quanto ao nível de implementação das mesmas, os resultados obtidos em 2017 enfatizando os constrangimentos registados bem como recomendações para ultrapassar os mesmos.

## Capitulo I- Valorizar o capital humano e reforçar a boa governação

### 2.1.1. Educação e Formação

Uma educação e formação de qualidade para todos os Santomenses, sem excepção, e o desenvolvimento de um Ensino Superior e Técnico Profissional de qualidade, adaptado às reais necessidades do mercado de trabalho santomense é factor determinante para o crescimento económico e para redução da pobreza.

As Grandes Opções do Plano 2017, do MECCC estrutura-se em oito programas, que visam responder aos objectivos traçados para o sector através da implementação das respectivas medidas e projectos.

Passando a análise dos resultados obtidos durante o período em estudo dos seguintes programas e medidas:

**Programa 1: Melhoria do acesso, equidade e qualidade no sistema da educação e da formação**

O programa visa garantir que todos os distritos tenham infraestruturas escolares do ensino Pré-escolar, Básico e Secundário, composto por: uma biblioteca, um refeitório, uma sala dos professores, Gabinetes de Direcção, um Gabinete de Gestão, um arquivo, sala de reunião, um gabinete médico, sala de exposição, secretaria, reprografia, auditório, salas de informática, espaço desportivo.

1. **Construção, reabilitação, adaptação e equipamentos das escolas em todos níveis de ensino**

- Deu-se continuidade ao processo de construção de:1 escola Básica em Diogo Simão com 4 salas de aulas, 1 biblioteca, 1 secretaria, 1 sala dos professores, 2 gabinetes e 4 instalações sanitárias; e 1 escola Básica em S. Marcos com 15 salas de aulas, 1 auditório, 1 biblioteca, 2 salas dos docentes, 1 sala de informática, 5 gabinetes, 1 secretaria, 1 posto médico, 3 laboratórios, 2 salas de reuniões 1 arquivo, 1 sala de segurança, 1 sala de multimédia, 1 sala de servidores, 6 1instalações sanitárias e 1 polidesportivo,

- Foram construídos 2 jardins-de-infância, sendo 1 na comunidade de Milagrosa e 1 na comunidade de Bernardo Faro, contemplando 3 salas, 1 cozinha e uma 1 instalação sanitária para cada escola.

- No Distrito de Mé-Zochi, na comunidade de Java foi concluído 6 salas de actividades, 2 cozinhas e 2 casas de banho e no Distrito de Cantagalo da Vila de Ribeira Afonso foi construído 5 salas de actividades, 2 cozinhas e 2 instalações sanitárias.

- Foi feita a ampliação das escolas de: S. Fenícia contemplando 8 salas de aulas, 1 gabinete, 1 biblioteca/sala de informática, 1 sala dos professores, 1 secretaria e 4 instalações sanitárias; a ampliação da escola Secundária da Trindade, com 6 salas, e 1 arquivo e Atanásio Gomes e Escola da Trindade contemplando 2 salas de aula cada uma para atender crianças com NEE.

- Procedeu-se a adaptação de um apartamento em Java para receber crianças com idade da Pré-escolar;

- Foram adquiridos equipamentos para apetrechar as escolas tais como: 6000 cadeiras para alunos, 40 cadeiras executivas, 1250 mesas bipessoais, 150 cadeiras para sala de aulas, 3500 mesas unipessoal, 15 cacifos, 150 quadros pretos, 40 armários mistos, 340 cadeiras para salas dos professores, 30 mesas para biblioteca, 30 vestiários triplos, 150 secretárias de professor, 40 secretárias compactas,

- Também foram recuperadas 150 carteiras bipessoais, 70 mesas unipessoais e 80 cadeiras unipessoais, para o Ensino Básico e Secundário. Para o Pré - Escolar

(jardins), foram adquiridos 170 cadeiras, 60 mesas, 6 botes, 5 cavalinhos e 6 baloiços. Foram capacitados 284 auxiliares, supervisores e directores de escolas sobre o novo currículo por especialistas brasileiros num total de 120 horas, no ISEC.

2. **Promover escolas amigas de crianças, educação de qualidade e um programa nacional adequada de alimentação escolar**

- Está em curso a aprovação da última versão de Lei- Quadro da Pré-escolar, e a criação de um documento orientador que definirá os Padrões Mínimos de Qualidade das escolas em S.Tomé Príncipe, assim como a avaliação das escolas, Avaliação das Competências dos professores do Ensino Secundário, a Lei de Bases do Sistema Educativo.

- Relativamente a alimentação escolar, dinamizada pelo PNASE, foram adquiridos utensílios para cantinas escolares nomeadamente: 967 pratos, 243 copos, 1.214 colheres, 40 bacias, 45 baldes, 45 big box (taparuer), 16 conchas e 3 panelas, para 47 estabelecimentos escolares nos Distritos de Caué e Mé-Zochi.

- Realizou-se a recapacitação de 19 técnicos de 6 polos distritais de S.Tomé. Está em curso o processo para reabilitação de 12 cantinas escolares em todos os distritos e na Região Autónoma do Príncipe.

3. **Promover a educação de jovens e adultos em articulação com as actividades geradores de rendimento e inserir no mercado de emprego**

No âmbito do Projecto de alfabetização verificou-se o seguinte:

- 2.962 Jovens e adultos frequentaram as aulas de alfabetização em todos os Distritos e na RAP, sendo: 2016/2017 (917 – 664 e 253);

- No ano lectivo 2016/17, deram continuidade às aulas de Alfabetização nos pólos das comunidades e nas escolas de São Tomé e Príncipe tais como: Canavial, Santa Clara, Fernão Dias, Santy, Malanza, Agripalma, Iô Grande, São Lourenço, Ribeira Afonso, Quimpo, Paróquia da Conceição (vendedoras dos mercados, fundamentalmente), Riboque Capital, São Marçal, Cadeia Central, Batelo, Desejada, Santa Luzia, Ferreira Governo, Boa Entrada, Milagrosa, Roça Laura, Batepá, Folha Fede, Capela, Praia Pesqueira, Ribeira Peixe, Santana, Riboque Santana, Nova

Olinda Escola 12 de Julho, Ponta Figo, Diogo Vaz, São Joaquim, Santa Rita, São João e Abade.

- Foram inseridas aulas de recuperação para 70 jovens e adultos que não tiveram aproveitamento na Pós Alfabetização e não tenham concluído ainda a 4.ª Classe. Para jovens e adultos que frequentaram as aulas de recuperação implementou-se o Exame especial da 4.ª Classe e 57 alunos concluíram com êxito a 4ª classe. Realizou-se ainda, 3 acções de capacitação para alfabetizadores.

**4. Promoção do ensino especial**

No quadro do projecto ensino especial foi:

- Referenciada e sinalizada 6 áreas de necessidades educativas especiais existentes no país, para um programa de formação de professores e Educadores nas referidas áreas (Comportamental; autismo; surdez; cegueira: Síndrome de Down e espetro do Autismo) que deverá decorrer no ISEC;

- Estão em curso procedimentos para adaptação de seis escolas básicas, um jardim-de-infância e uma escola secundária para garantir a acessibilidade para o início do ano lectivo;

- Apoio psicopedagógico directo à crianças com NEEs nas seguintes escolas: S. João; Oque-Del- Rei; D. Maria de Jesus;

- Elaborado e aplicado questionários as delegações distritais de educação para o levantamento dessas crianças em escolas de forma a percebermos as necessidades em problemas visuais e motores para programarmos a avaliação das mesmas e as adaptações necessárias para acessibilidade de crianças cadeirantes;

- Elaborado o plano de formação para docentes em função das áreas identificadas e com maior predominância.

**Programa 2: Acelerar o Desempenho Educativo**

O programa tem como foco principal os alunos, através de intervenção de políticas educacionais como forma de melhorar o desempenho escolar, administração escolar, eficiência e eficácia do sistema educativo bem como diminuir os índices de reprovação

e abandono escolar. É com este olhar que foram concretizadas diversas acções muitas delas com sucesso outras que ainda estão em fase de avaliação e conclusão.

1. **Melhorar a gestão escolar;**

- Está em curso a identificação de indicadores para elaboração de um documento final sobre os padrões mínimos de qualidade das escolas do país permitindo assim posteriores avaliações dessas escolas;

- Ao nível do Pré-Escolar, concretizou-se a experiência piloto de diversificação da oferta pré-escolar e consolidou-se a implementação do currículo dos 5 anos ao nível nacional. O currículo está na fase de maquetização para impressão.
- No distrito de Água Grande, a Escola Secundária de Chácara que ofereceu o 1º ciclo com apenas 7ª classe no ano passado, estendeu este ano a sua oferta para 8ª classe.
- No distrito de Lobata o 2º ciclo começou a ser ministrada na Secundária de Guadalupe mais concretamente a 10ª e 11ªclasse, com construção de 2 salas de aulas, com cursos de Língua e Humanidades e Ciências Tecnológicas.
- A Escola Básica de Bobô Forro que inicialmente abarcava a 7ª classe, hoje já conta com alunos da 8ª classe. De igual forma a Secundária de Madalena conta com oferta de 7ª e 8ª classe;
- A Escola de Porto Alegre implementou este ano a 10ª classe. As escolas de San Fenícia e Secundária de Porto Alegre implementaram este ano lectivo a 9ª e a 11ª classe respectivamente. Finalmente, o curso de Ciências Económicas já é uma realidade na Escola Secundária de Angolares;
- Relativamente ao ingresso, estão inscritos no Ensino Secundário, 23.954 alunos, no ano lectivo 2016/2017.

2. **Melhorar o sistema de avaliação das aprendizagens e do sistema do ensino**:

Foram realizadas actividades tais como:

- implementado nas escolas o SIGE;
- criado e regulamentado um gabinete de avaliação e acreditação educacional;
- Os 4 técnicos deste gabinete e 10 de outras direcções pedagógicas receberam duas sessões de capacitação intensiva (SPSS) de 60 horas de forma a acompanhar todo processo de avaliação a decorrer no âmbito do Ensino Básico, Secundário, e ao nível de docência;

- Produzido o relatório com as informações sobre o resultado da Avaliação Aferida de larga Escala, realizado em 2016 e realizado a Avaliação Aferida a cerca de 8000 alunos de 9º e 12º ano de todas escolas Secundárias de STP;
- Está em curso em a contratação de um especialista para elaborar a proposta de certificação de professores e um especialista para proceder a avaliação das competências dos professores do Ensino Secundário.

**3. Valorizar, profissionalizar e premiar o corpo docente e não docente;**

- Ao nível de supervisão este ano foi possível fazer 300 visitas de observação de aulas e reuniões com Delegados de disciplinas do Secundário e construir/elaborar instrumentos de supervisão e guião para elaboração de relatórios.

**4. Desenvolver o ambiente escolar propício e estimulante ao aprendizado;**

No âmbito do projecto Olimpíadas de Matemática da CPLP foram:

- Realizadas as olimpíadas de Matemática ao nível nacional e internacional com a participação de 100 alunos dos quais apenas 10 ficaram classificados e foram premiados com certificados. Os 4 primeiros estiveram presentes na V olimpíada da CPLP tendo São Tomé e Príncipe arrecadado os 2º e 3º lugares (medalha de prata e medalha de bronze respectivamente) pelos alunos da escola Portuguesa e do Liceu Nacional.
- Realizada também as olimpíadas de português e participaram 26 equipas constituídas, cada uma delas, por quatro elementos, perfazendo um total de 104 participantes, sendo que três equipas eram oriundas da Região Autónoma do Príncipe.

**5. Envolver os pais e encarregados de educação na participação da vida escolar**

- Foram criadas várias associações de pais em todos os distritos e na RAP, permitindo assim a criação da Confederação das Associações dos Pais e Encarregados de Educação devidamente legalizadas e com um plano operacional que permite os membros das associações estarem mais perto da comunidade escolar para o seguimento das actividades pedagógicas dos seus educandos.

**Programa 3: Ensino Técnico e Profissional**

O programa ETP tem como finalidade dar resposta aos inúmeros desafios na área de formação e profissionalização dos quadros técnicos do país, neste sentido as realizações em 2017 tiveram como resultado o seguinte:

1. **Reforçar a capacidade de instituições que lidam com a formação profissional**

- Formados 22 professores na área de empreendedorismo com uma carga horária de 44 horas;

2. **Adequar o currículo as novas exigências actuais**

- Criado um plano de estudo para cursos profissionais (animador sociocultural, turismo, turismo rural e ambiental, recursos florestais e ambientais, gestão do ambiente, gestão e programação de sistemas informáticos, informática de gestão, gestão de equipamentos informáticos, secretariado, restauração, cozinha/pastelaria/restaurante/ bar, recepção e museografia e gestão de patrimônio, jardinagem e espaços verdes, biblioteca, arquivo e documentação e, artes gráficas).

3. **Aumentar e diversificar a oferta de formação profissional e com qualidade;**

No âmbito do Projecto Educação empreendedora foi:

- Introduzido a disciplina de empreendedorismo no 2º ciclo do ensino secundário, e no ensino técnico profissional, são 8 escolas do ES e 1 do ETP, com cerca de 700 alunos.

**Programa 4: Reforço da capacidade institucional da Comunidade Educativa**

O programa reforço da capacidade institucional da comunidade educativa almeja a melhoria da qualidade no sistema de ensino, para isso a consolidação do sistema de formação em serviço aos quadros do Ministério da Educação, Cultura e Ciência (MECCC) é uma necessidade. Assim em 2017 as realizações para responder a o objectivo do programa foram:

1. **Realizar acções de formação de todo o pessoal docente, gestores, inspectores e supervisores**

No quadro do projecto de formação de professores para melhoria do sistema de ensino foram:

- Formados 10 supervisores do EB, ES e de EJA, 10 inspectores, 30 directores de escolas, 30 técnicos das diferentes direcções centrais em diversas especificidades;
- Formados 50 técnicos do Ministério da Educação na área de Planeamento Organizacional, e 30 técnicos no programa de SPSS, percorrendo todo um plano de formação elaborado pela DGPIE.

2. **Criar o fundo da família educativa**.

- Criado o documento sobre o Fundo da Família Educativa que se encontra no processo de análise.

**<u>Programa 5: Programa Escola em Rede</u>**

O Programa Escola em Rede surge com vista a adoptar as Tecnologias de Informação e Comunicação como ferramenta estratégica para desenvolver o alto desempenho do sistema educativo (eficiência, eficácia e inovação), formando Recursos Humanos e equipando todas as escolas com Tecnologias de Informação e Comunicação. No âmbito deste programa foram concretizadas as seguintes acções:

1. **Formação básica aos futuros usuários dessas ferramentas;**
    - Formados em matéria de SIGE a 11 técnicos de 4 escolas Básicas e secundárias: (Escola Básica de Paula Lavres, Escola Básica de Santo António II, Escola Básica de Januário da Graça, Escola Básica de Nova Estrela, sendo que Paula Lavres responde pelas escolas básicas e Santo António II);
    - Elaborado o manual de instrução para o uso do SIGE e entregue às escolas;
    - Realizada a segunda sessão de formação especial sobre o SIGE, com a duração de 12 horas para cada grupo (3 grupos de formandos), em que participaram 38 técnicos de 22 escolas.
    - Realizou-se a formação preparatória com uma carga horária de 12 horas para primeira sessão no SIGE, onde participaram 191 técnicos de 61 escolas básicas e secundárias;

Neste momento temos 61 escolas Básicas e Secundárias no sistema SIGE a funcionar normalmente. As outras ainda estão de fora devido questões de energia e internet, ou seja, que não reúnem as condições básicas para receber o sistema na própria escola, mas, no entanto, os dados dos seus alunos foram inseridos nas escolas de maior dimensão (Polos) que respondem por elas;

2. **Criação de plataformas digitais de interacção entre os professores, professor-aluno, e entre os alunos;**
   - Renovação do contrato de suporte técnico com a empresa AIX de forma a manter-se o apoio à equipa da EDUTIC. Neste momento o software criado está a ter uma manutenção assegurada pelo pessoal do Ministério. O software que inclui 10 módulos (Básico, Académico, Pedagógico, Recebimentos, Financeiro, Frequência, Professor, Docmaker, Webgiz.), e uma quantidade expansível de informação que pode ser incluída, nesta fase foram instalados os três primeiros módulos (Básico, Académico, Pedagógico) funcionando nas escolas básicas e secundárias do país;
   - Foram montados postos virtuais com os seguintes equipamentos; monitores, n-computing, bases cpu, cabos de rede switches, entre outros nas seguintes escolas: Maria Manuela Margarido, Básica de Angolares, Escola de Patrice Lumumba, Escola Liceu Nacional, Secundária de Guadalupe, Básica de Neves, Secundária Básica de Santana e Básico de Neves. Esses postos virtuais serviram aos técnicos das escolas circundantes formados, e os mesmos trabalharam intensivamente na inserção de dados dos alunos e dos professores das escolas do distrito ou localidade.

3. **Criação de mais laboratórios informáticos, não só no ensino secundário, mas também no básico;**
   - Foram distribuídos 97 computadores, 34 impressoras, 77 UPS, 15 rotes 3G, 19 USB, 9 Switch às escolas básicas e secundárias com internet e energia, instalada e configurados os equipamentos para a realização da matrícula no SIGE;
   - Concebida a 1ª versão do manual tutorial de orientação do SIGE e produzidas 50 cópias com módulos: básico (matrícula, cadastro dos professores) e acadêmico (disciplinas por Professor, cadastro de alunos, cadastro de professores, marcação de faltas, lançamento de notas) para os professores que trabalham no SIGE.

4. **Instalação de internet de boa qualidade nos estabelecimentos de ensino;**
   - Instalada internet em 66 escolas.

     Até então essas escolas contam com este serviço que permite realizar as tarefas do sistema integrado de gestão escolar. Contudo, no mês de julho terminou o contrato com a CST. No sentido de dar seguimento aos trabalhos do SIGE nas escolas o MECCC está trabalhando na renovação do contrato do serviço de internet nas escolas até 2019.
   - Foi adquirida a licença do programa "team-viewer", para dar suporte técnico aos professores que estavam trabalhando nos distritos via acesso remoto.

**<u>Programa 6: de Desenvolvimento do Ensino Superior e Ciência</u>**

Relativamente a este programa as realizações em 2017 inserem-se nas seguintes medidas:

**1. Melhor na capacidade docente da Universidade STP;**

- Está em curso o processo de aprovação de alguns cursos da USTP que são: Licenciatura em Ensino de Física, Licenciatura em Gestão e Administração de Serviço de Saúde; Complemento em Enfermagem para atribuição de grau de Bacharelato; Complemento de Formação para obtenção de grau de Bacharelado em Análise Clínica.

2. **Criação do Gabinete acreditação, avaliação e inspecção do ensino superior, assim como o quadro legislativo e regulamentar do ensino superior**

- Lei 04/2017 que aprova o Regime Superior Jurídico das Instituições do Ensino Superior;
- Proposta do decreto-lei que regula o acesso e ingresso ao ensino superior (submetida ao Gabinete do Ministro);
- Proposta de decreto-lei que regula as bolsas de estudo interna e externa (submetido ao Gabinete do Ministro);
- Reforçada a capacidade institucional da Direcção do Ensino Superior e Ciênciamediante a instalação de um (1) computador e quatro (4) servidores com monitores; formação de dois técnicos na área de Planeamento Organizacional e

Formação e de um (1) técnico em Análise de Dados em SPSS; realização de visitas de estudo de três (3) técnicos da DGESC para apropriarem-se da experiência de Avaliação do ensino superior do INEP – Brasil;

- Foi elaborado um Projeto para o Reforço das capacidades institucionais e técnicas da DGESC e realizado 1º Seminário para criação do sistema de avaliação do ensino superior no país;
- Visando criar uma base de dados de quadros formados de São Tomé e Príncipe residente no país e no estrangeiro, foi elaborado o TDR para recrutamento de um consultor para fazer o levantamento dos quadros existentes e propor áreas de formação em STP;
- Esteve presente a Missão da equipa de ABC e INEP para fazer a prospecção do ensino superior do país.

3. **Promover cursos de especialização, mestrado e doutoramento de acordo com as reais necessidades reais do país;**
   - Preconizaram-se assinaturas de protocolo de cooperação entre o MECCC e a Universidade de Évora e Instituto Politécnico de Bragança;
   - Criada uma base de dados de gestão de bolseiro;
   - Foram atribuídas cinquenta e seis (56) bolsas de estudo oferecidas pelo Governo chinês nas diversas áreas de licenciatura, mestrado e doutoramento;
   - Financiado o pagamento de mais de 207 bilhetes de ida e regresso aos estudantes bolseiros;
   - No sentido de incentivar mestrados e doutoramentos em áreas estratégicas de inovação e desenvolvimento em instituições de excelência fez-se o pagamento de ajuda pontual para 20 estudantes de mestrado e 12 estudantes de doutoramento.

### 2.1.2. <u>Saúde</u>

Sector considerado prioritário pelo Governo dada a sua importância no desenvolvimento do capital humano. As medidas de politica priorizadas neste sector em 2017 visavam fortalecer a organização e gestão das infraestruturas de saúde, melhorar a gestão dos recursos humanos e o desempenho dos profissionais, assegurar a sustentabilidade financeira, elevar o nível de humanização dos serviços com ênfase no

atendimento, assegurando a harmonização efectiva entre os diferentes níveis de cuidados e os diversos sectores, incluindo o público e o privado. Neste contexto foram desenvolvidas acções nos seguintes programas:

**Programa 1: Equidade no acesso e na utilização de cuidados de saúde e viabilidade do sistema sanitário**

O programa visa melhorar o acesso e a equidade dos serviços de cuidados de saúde, bem como o acesso e a utilização dos serviços tanto na componente preventiva como curativa.

**1 Requalificação e apetrechamento dos hospitais e centros de saúde existentes**

- Está em curso a reabilitação da cobertura do edíficio hospitalar de Neves, Centro de saúde de Angolares incluindo o laboratório;
- Foi concluido e apetrechado e inaugurado o Centro de saúde de Mézochi, conferindo a este distrito melhores condições de trabalho para os técnicos e melhor assistência médica à população do distrito;
- Está em curso a construção do posto sanitário de Uba Budo;
- Reabilitação de postos de saúde 2 no distrito de Cantagalo, 2 em Lobata e 1 Lembá;
- Construção de muro de vedação da casa de acolhimento dos doentes e associados vindo de Príncipe.

**1. Capacitação dos recursos humanos no sistema nacional de saúde**

- A execução desta medida tem sido feita através Projecto de Assitência técnica ao sistema através de especialistas expatriados segundo o convênio que o país tem com paises como Portugal, Cuba, China, etc.

  A vinda destes especialistas contribuiu para:

  - Desenvolvimento de aptidões técnicas na área de prestação de cuidados especializados;
  - Redução de número de evacuação sanitária (junta médica) para exterior do país ;
  - Formação “in job” dos técnicos nacionais.

2. **Melhoria da qualidade de serviços de atendimento e consequente redução do tempo de espera nos estabelecimentos hospitalares**
   - Aquisição de ambulâncias equipadas.

3. **Gestão mais eficaz do funcionamento da Central de Compras de medicamentos.**
   - Foram adquiridos medicamentos e consumiveis para todo o serviço de saúde (HAM e áreas de saúde);
   - Foram adquiridos retrovirais para doentes portadores de VIH/SIDA, incluindo as grávidas.

### 2.1.3. Comunicação social

O Governo considera que a comunicação social é fundamental para melhoria da qualidade da nossa democracia. Neste sentido, pretende-se que os cidadãos santomenses tenham acesso às várias fontes de informação, susceptível de contribuir para a promoção de uma participação mais activa e de envolvimento cada vez mais profícuo no processo de desenvolvimento nacional. As realizações durante 2017 centraram-se no seguinte programa:

**Programa : Promoção dos Mass Media**

Os resultados alcançados no período foram:

**1. Reforço das capacidades institucionais dos órgãos de comunicação social público;**

- Reforçada a capacidade institucional da Agência Noticiosa STP-Press, adquirindo quatro novos computadores e formação de quadros técnicos no estrangeiro e internamente, sendo um fotojornalista, em matéria de nova tecnologia de imagem, e dois técnicos em matéria de Web-Site, proporcionando melhorias nas condições de trabalho para os quadros da Agência;

2. **Aumentar a capacidade de promoção de conteúdos pelos órgãos de comunicação social;**

- Introduzida na grelha de programação da Rádio Nacional de S.Tomé e Príncipe novos programas virados a outras temáticas pertinentes e de interesse público: *Mosaico Cultural, a Droga* dentre outros;

Em termos de melhoramento de qualidade da programação, lançou-se também, uma nova grelha contendo maior diversificação dos programas e consequentemente a qualidade dos produtos apresentados. Está em curso a criação de programas que abordam as questões da ciência e tecnologia, da educação e cidadania, etc. de forma a diversificar os produtos.

3. **Reforço da capacidade técnica dos órgãos de comunicação social e melhoria de sua cobertura nacional**

- Relativamente a Televisão São-tomense, está em curso o processo de acção de formação dos jornalistas, técnicos "Editores, Coordenadores" e administrativos: A equipa será constituída por um jornalista sénior, técnico de reconhecida capacidade e uma professora de português da Escola Portuguesa.

4. **Incentivar a criação de órgãos de comunicação social privados**

Em curso o processo documental para construção de uma empresa pública da Rádio e Televisão São-tomense.

## Capitulo II - Apoiar a juventude, consolidar a família e proteger grupos vulneráveis.

### 2.2.1. Juventude

Sendo a juventude, uma parte importante da nossa população e pelas suas caracteristicas, constitui um grupo especial que se confronta com inúmeros desafios, é

neste sentido que as medidas de politica ao encontro da juventude devem ser, por tudo isso transversais.

**Programa: Promoção de desenvolvimento da juventude**

O programa tem como objectivo facilitar a integração da juventude em todos sectores da vida nacional, permitindo-lhes uma maior participação no processo de desenvolvimento.

Neste contexto, foram realizadas as seguintes medidas:

1. **Promoção de actividades para a ocupação de tempos livre dos jovens**

- Foram realizadas varias actividades como sendo, culturais, lúdicas, lazer bem como uma forte participação na formação e nas campanhas de sensibilização;
- Foi paga a parte das obras de polidesportivos de Príncipe, Monte Café, Guadalupe e Água Izé.

### 2.2.2. Emprego e relações laborais

Neste domínio foram previstos dois programas que congregam medidas e acções a que foram desnvolvidas no período:

**Programa 1: Reforço institucional e normativo da administração de emprego e trabalho e formação profissional**

1. **Revisão e actualização da Legislação Laboral**

- Foi revisto o projecto do Código de Trabalho e aguarda-se a sua aprovação.

**Programa 2: Promoção do Auto-emprego, emprego decente e Empreendedorismo de mulheres e jovens**

1. **Formação e capacitação de jovens empreendedores na área de gestão de negócios;**

- Foram formados na área de Gestão de Pequenos Negócios/Empreendedorismo 60 Jovens e outros, mães e chefes de famílias, distribuídos pelos distritos de **Cauê, Lembá, Cantagalo, Lobata, Mé-Zóchi e Água Grande**, tendo os mesmos recebido financiamentos para a instalação e ou reabilitação de negócios.

2. **Apoio técnico aos operadores do sector informal através da provisão de serviços de desenvolvimento de negócios e de ações formativas**

- Foram capacitadas 18 pessoas na área de Conservação e Transformação de Produtos Locais.
- Proporcionou-se estágio profissional, envolvendo 13 formandos nas mais diversas áreas négocios.

3. **Zelar pela ratificação das normas e convenções internacionais de trabalho**

- Foi ractificado a Convenção 183, referente à Protecção na Maternididade, Actualização da base dados relativa as convenções ractificadas por São Tomé e Príncipe e Actualização dos relatórios anuais e periódicos do país junto a OIT.

**<u>Programa 3: Desenvolvimento do sistema de protecção e segurança social</u>**

Este programa visa a adopção de um conjunto de transferências de facilidades e serviços fundamentais às quais todos os cidadãos deverão ter acesso, isto é, uma protecção social que coloca tónica sobre os mais vulneráveis "pobreza extrema".

1. **Reforço de integração social dos grupos/famílias vulneráveis;**

Este programa visa a redução da pobreza/pobreza extrema dos agregados familiares e aumento do capital humano das crianças nos respetivos agregados de modo a quebrar o ciclo intergeracional da pobreza, entre outras situações de carencias.

- Foram realizadas transferências (pagamentos de subsídios) aos idosos e mães carenciadas referente ao ano 2016.
- Desenvolvolveu-se também uma base de dados única de beneficiários.

1. **Reforço de capacidade técnica, institucional e administrativa do sector de emprego, segurança e protecção social;**

- Com esta medida pretendeu –se melhorar as capacidades das mesmas ONG's no que concerne a sua intervenção na protecção social deu-se continuidade ao apoio financeiro às ONG's parceiras do Ministério através de transferências no valor de 525.000,00 STD, melhorando assim a sua capacidade de resposta aos problemas sociais que afectam a população alvo.

2. **Melhoria de pensões sociais aos indivíduos desprovidos de qualquer cobertura de previdência social;**

- A partir do pagamento de Abril de 2016 o valor da pensão foi uniformizado para 480,00 STD.

3. **Reforço de protecção aos grupos em situação de risco e/ou exclusão (idosos, deficientes, doentes crónicos, órfãos, famílias vulneráveis);**

- Procedeu-se o apoio para formação em "Braile" dos membros das associações que representam as pessoas portadoras de deficiência (ADSTEP e ACASTEP);
- Efectuou o pagamento das despesas efectuadas pela **Cruz Vermelha**, referente aos apoios prestados aos idosos carenciados, em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, que não estão abrangidos pelo regime contributivo ou outros subsídios.

4. **Apoio às pessoas vítimas de catástrofes naturais (derrocadas, incêndios, cheias, vendaval, etc.);**

- Quanto a esta medida, foram construídas 14 casas sociais, sendo **1** em Praia Melão (T2), **2** em Desejada (T1), **1** em Atrás da Cadeia, **1** em Ubua Cabra, **2** em Boa Entrada, **1** em Pete-Pete, **1** em Praia Melão, **1** em Oque Del Rei, **2** em Correia, **1** em Neves e **1** em Micoló.

5. **Criação de mais centros comunitários de desenvolvimento /centros do dia.**

- Foram concluídos os projectos para a construção do Centro Social de Guadalupe e de Ribeira Afonso.

## Capítulo III- Promover Cultura Nacional e o Desporto e a Inclusão na Diáspora

Considerando que a Cultura é a identidade de um povo e constitui um factor impulsionador para coesão social, foram distribuídos neste capítulo os seguintes domínios de intervenção: i) Desporto, ii) Cultura.

### 2.3.1. Desporto

O desporto como factor de coesão nacional e não só, reflecte carências (recursos materiais, humanos, financeiros, instalações) que constituem preocupação do governo. Para colmatar a situação foi criado o seguinte programa:

**Programa : Promoção do Desporto Jovem**

O programa visa promover a prática de desporto nas mais distintas modalidades, como elemento promotor da saúde física, mental e psicológica, de um saudável espírito competitivo, de fomento do espírito de pertença nacional e de interiorização da prática desportiva como contributo importante ao convívio. Nesse contexto, de acordo as medidas fixada no programa em 2017 as realizações foram:

1. **Promoção da participação dos jovens nas actividades desportivas;**

- Gabinete do desporto Escolar (GDE) tem promovido vários campeonatos com apoio da Companhia Santomense de Telecomunicações (CST) e do Instituto da Juventude. O enfoque foi dado "a corta – mato" desporto escolar que teve como objetivo incentivar a prática desportiva na natureza nos alunos do ensino básico e secundário de São Tomé. Nesta modalidade "corta – mato" participaram mais de 400 alunos do Ensino Básico e Secundário de São Tomé. Os jogos Moche-Escolas é outra prática desportiva apoiada pela CST e nestes jogos participaram cerca de 1090 alunas e alunos de todas as escolas Secundárias de São Tomé.

2. **Promoção da educação e ensino através da revitalização do Desporto Escolar**

O Desporto escolar assume particular importância no desenvolvimento físico, social e emocional dos estudantes. Assim, nos últimos anos, a MECCC tem vindo incentivar esta prática em diversas escolas, de maneira informal. Porém foi ano lectivo 2016/2017, que se institucionalizou o Desporto Escolar, criando o Gabinete do Desporto Escolar, com 1 coordenador do Desporto escolar e 1 Técnico Administrativo, formando assim a (Coordenação Nacional do Desporto Escolar (CNDE).

- Um estudo diagnóstico no sentido de identificar professores com formação em Educação Física foi feito em 22 escolas Secundárias do País, excluindo a Escola Portuguesa e a das Madres Canossianas por apresentarem suas próprias características. Do estudo registou-se um total 86 professores de Educação Física, sendo 59% com formação na área, 5% com formação superior, 35% com formação média e 19% com a formação de agentes e 14% com outras formações.

### 2.3.2. Cultura

Objectivo previsto para este domínio consiste em adoptar medidas de politica que promovam e garantam a afirmação da identidade cultural e a preservação do património histórico e cultural de São Tomé e Príncipe. Para o efeito foi concebido o:

**Programa: Valorização e preservação da identidade histórica-cultural de STP**

Tem como finalidade reforçar a identidade cultural de STP, de forma a contribuir para a valorização da cultura. E neste âmbito, as acções desenvolvidas durante o período centraram-se fundamentalmente nas seguintes medidas:

1. **Reforço da capacidade institucional da Direcção da Cultura**

- Capacitado cinco técnicos em várias áreas de modo a estarem preparados para lidarem com as novas tecnologias.

2. **Definição e inventariação do património cultural nacional em estreita colaboração com as Câmaras Distritais e com a Região Autónoma do Príncipe**

- Foi feito inventário, tratamento e digitalização de 25% do acervo de forma a colmatar o problema da degradação no Arquivo Histórico

3. **Resgatar os valores ético-morais, através do reforço da identidade cultural nacional**

- Lançado o Concurso Público para construção da Estátua do Rei Amador.
- Realizardas exposições simpósios (fotográfico-documentais, exposições virtuais) e palestras.

4. **Divulgação e expansão dos costumes, tradições e valores nacionais nos estabelecimentos do ensino.**

- Comemorada algumas datas culturais, nomeadamente: 4 de Janeiro como o Dia do Rei Amador, 3 de Fevereiro como o Dia dos Heróis da Liberdade.
- Promovido o Concurso Nacional de Carnaval tradicional "Tlundu", com participação de 9 grupos carnavalescos, criou-se 2 propostas de Decreto (Decreto sobre o Fundo Nacional de Cultura e o Decreto sobre o Dia do Bokadu);
- Promovida uma exposição museulógica, no Liceu Nacional, realizaram-se palestras no Museu Nacional, com participação da juventude são-tomense, realizou-se um Sarau cultural no Museu Nacional (poesia, comédia) para a dinamização do Museu Nacional;

Como resultado de todas as realizações no âmbito desta medida constatou-se um maior número de novos grupos culturais criados dentro e fora das escolas.

## Capítulo IV- Reforçar o poder local e criar pólos de desenvolvimento

### 2.4.1. Poder Local

Reconhecendo o papel determinante dos poderes locais, na redução da pobreza e melhoria do nivel da vida das populações, e como forma a dar respostas a algumas medidas adotadas, destaca-se as seguintes realizações:

**Câmara de Lobata**

Com objectivo de desenvolver e criar melhores condições de vida à população do distrito os projectos programados visavam criar infra-estruturas de carácter social de modo atender as necessidades básicas da população em matéria de água e saneamento básico, educação pré-escolar, práticas desportivas e espaço de lazer para jovens e actividades geradores de rendimento.

Neste âmbito foram

- Reabilitação e manutenção dos depósitos e condutas de abastecimento de água;
- Reabilitados chafarizes e lavandarias na comunidade de Caldeiras;

- Construídas duas lavandarias em Micoló;
- Colocação de Bombeiro no distrito;
- Deu-se o inicio à construção de parque de Motoqueiro em Sto. Amaro e Conde
- Ampliação e reabilitação do mercado agrícola de Santo Amaro;
- Ministrada aulas de inglês em Morro peixe;
- Reabilitação de centro recreativo de Plancas I;
- Assinado o Protocolo com West África;
- Realização de Ateliê da *FAO;*
- Realizado o Fórum Agricola;
- Realização de Feira gastronómica em Micoló.

**Câmara Cantagalo**

Em consonância com o programa do Governo a autarquia de Cantagalo apostou na melhoria de qualidade de vida dos idosos e carenciados e na melhoria das condições do saneamento do meio com destaque para:

- Atribuição de pratos quentes, cestas básicas, assistência médica e medicamentosa aos idosos e carenciados contribuindo para redução da extrema pobreza no distrito;
- Construção de 7 habitações e reabilitadas 5 para vitímas de incêndios e desabamento e situação de pobreza extrema;
- Desassoreamento do leito do rio de Ribeira Afonso.

**Câmara de Lembá**

Visando melhorar o saneamento básico e criar áreas de lazer para os jovens, a Autarquia desenvolveu as seguintes acções:

- Deu-se início a construção de casa de banho pública na Cidade de Neves;
- Está em curso a criação de áreas de lazer;
- Construída 1 casa social.

**Câmara Mé-Zochi**

Com objectivo de criar melhores condições de vida à população deste distrito as acções desenvolvidas visaram criar infra-estruturas de carácter sociais nas comunidades:

Está em curso a construção de 3 centros digitais cuja a percentagem de realização ronda 80%;

Construido centro de jovem em piedade

Colocada iluminação pública nas comunidades;

Construídos e reabilitados chafarizes e lavandarias;

Requalificado o passeio;

Construída uma casa de raiz e concedido apoio com matérias de construção a varias famílias carenciadas;

Está em curso a construção de posto médico com uma percentagem de realização de 58%.

**Câmara Água-Grande**

Com objectivo de criar melhores condições de vida à população deste distrito as acções desenvolvidas visaram criar infra-estruturas de carácter sociais nas comunidades:

- Concluída o centro de lazer de Oque Del Rei;
- Construída o campo de futebol de Boa Morte;
- Construída lavandaria nas comunidades de *Praia Cruz, Riba Tchada e em Gonga;*
- Construído um chafariz público na zona de *São Gabriel e Boa Morte.*

## Capítulo V- Reforçar as relações externas e de cooperação e preservar a soberania nacional

### 2.5.1 Política Externa e Cooperação Internacional

O Goveno preconiza com este domínio, reforçar a presença do país na arena internacional, criando vínculos economicos e não só com outros países com vista ao desenvolvimento nacional e na redução da pobreza.

Neste sentido, foram desenvolvidos os seguintes programas :

**Programa: Reforço de cooperação internacional e diplomacia externa**

O programa visa dar continuidade ao reforço da cooperação bilateral e multilateral dando primazia à manutenção da paz e segurança e na diplomacia económica para mobilização de financiamentos e promoção investimentos para o desenvolvimento do nacional.

Neste contexto, em 2017 foram desenvolvidas as seguintes medidas

1. **Consolidar, aprofundar e expandir as relações de amizade e de cooperação com outros Estados**
   - Assinado o Protocolo Relativo a execução do projecto Saúde para Todos-Rumo á Sustentabilidade com Portugal;
   - Assinado vários acordos de cooperação entre o país e a Republica Pupular da china com destaque para: Acordo para Estudo de Viabilidade do Projecto de Reabilitação do Aeroporto de São Tomé; Acordo para a implementação de 3 projectos de Assistência Técnica, nos sectores de Agricultura e Pecuaria, Energia e Prevenção e Cura da malária; Protocolo sobre o perdão da dívida; Memorando de Entendimento sobre a Cooperação no Desenvolvimento de Recursos Humanos e Memorando para facilitação de viagem de turistas chineses em grupo;
   - Assinado com Ruanda Acordo Geral de Cooperação e Protocolo de Acordo relativo a Consultas Politicas e Diplomáticas bem como um Memorando definindo áreas especificas de colaboração; e Assinado os Acordos nos domínios do Turismo, Circulação de Pessoas, Agricultura, Pecuária e Pesca, Comércio e Serviços Aéreos.
   - Assinado o Acordo com a Turquia visando o financiamento para a melhoria das infraestruturas e equipamentos de alguns sectores do Hospital Ayres de Menezes.
2. **Mobilizar recursos para a implementação da agenda de transformação no quadro dos "fora" multilaterais;**
   - Foi realizada a primeira reunião, formal da coordenação com os parceiros de desenvolvimento com o objectivo de análisar os programas de cooperação como forma de melhorar a sinergia entre os diferentes atores, e teve como resultados todos os Parceiros de Desenvolvimento expressaram a sua disponibilidade em apoiar o Governo na materialização da Agenda da Transformação 2030,

### 2.5.2. Segurança Pública e Ordem Interna

Neste domínio o Governo visava promover a segurança pública, reduzir o nível de criminalidade e sinistralidade rodoviária, de incêndio urbano e florestal no país, combate ao tráfico de seres humanos, a imigração ilegal, reforçar a fiscalização aduaneira, reforço de capacidades institucionais dos sectores. Para o alcance destes objectivos foram previstos os seguintes programas e medidas cujas realizações em 2017 produziram os seguintes resulatdos:

**Programa. Reforço Institucional do Sector Administração Interna**

O programa visa combater a criminalidade e reduzir a sinistralidade rodoviária, garantir a eficácia da operacionalidade dos sectores encarregues pela segurança e a tranquilidade públicas, foi:

1. **Modernização e racionalização o sistema de segurança interna, de forma a torná-lo mais coordenado, eficaz e operativo**
   - Realizada patrulhas mistas entre as Forças de segurança, Forças Armadas e a Policia Judiciária .

2. **Melhorias de condições de habitabilidades e de mobilidade das Forças e Serviços de Segurança;**
   - Continuação das obras de construção da esquadra da policia de Santa Catarina;
   - Adequiridos utensílios de refeitório das Forças de Serviço de Segurança; fardamentos para forças armada e Policia nacional;
   - Revista a rede electrica de MDAI, melhorando assim o desempenho dos serviços.

## Principais Constrangimentos do eixo II

Os principais constrangimentos registados durante o período em análise são:

- Falta de estatística organizada nas diferentes direcções;
- Fraca capacidade institucional;

- Fracos recursos para dar respostas urgentes identificadas na escola piloto de Libreville, nomeadamente: falta de um edifício próprio que congregue alunos são-tomenses; falta de verba para a liquidação de dívidas referentes ao aluguer do espaço onde funciona a escola Piloto de Libreville, bem como o não pagamento dos salários dos docentes; a inexistência de professores qualificados para lecionação; e a falta de meios para a deslocação da equipa de supervisores de S.Tomé à Libreville, de forma a acompanharem in loco as actividades pedagógicas na referida escola.
- Observa-se certa mobilidade dos recursos humanos no sector por falta de motivação do pessoal;
- Meios materiais e logísticos insuficientes para afectação das actividades previstas;
- Fraca motivação de alguns responsáveis do Centro de Integração Jovem em realizar as actividades;
- Atraso no desbloqueamento das verbas destinadas às Camaras comprometendo a implementação de alguns pojectos;
- Falta de capacitação das Autarquias na implementação de leis e normas e procedimentos para gestão pública.

## Conclusões e Recomendações do eixo II

- Podemos afirmar que as exigências que se colocam a nível interno e externo aconselham um reforço de competências técnicas e de recursos humanos habilitados/capacitados, que deve e pode ser potenciado com um orçamento que possibilite financiar programas e projectos, defender boas práticas e que permita que o MECCC continue afirmar-se como uma instituição "Vocacionada para proporcionar uma Educação, Formação e Informação de qualidade para todos os Santomenses".

- Os resultados alcançados em 2017 no domínio de Educação, tiveram em conta os recursos disponíveis – financeiros e humanos – importa sublinhar a observância de uma taxa satisfatória de cumprimento dos objectivos estabelecidos;

- Não obstante os resultados alcançados serem motivadores torna-se imprescindível a criação de estruturas e capacitação de equipas para responder as demandas do MECCC; A disponibilização de verbas para o melhor seguimento das actividades que são realizadas na escola Piloto em Libreville e criação de uma Escola Santomense em Libreville, com um quadro de professores qualificados; Reforçar a capacidade institucional das instituições ligadas a este eixo para que haja maior dinâmica e eficiencia na realização da missão que lhes é incumbida; É urgente dinamizar-se os órgão de planeamento sectorial para que a produção dos relatórios sectoriais sejam mais consistentes; As acções concernentes à aprovação do Orçamento Geral do Estado sejam discutidas juntamente com as Autarquias; Necessidade de seminários frequentes entre a Administração Central do Estado envolvendo as Autarquias Locais, como forma de reforçar os conhecimentos quanto aos procedimentos no que refere as varías legislações do País.

## III. Conclusões Gerais:

De forma geral, com base na análise das informações dos diferentes domínios de intervenção constata-se o seguinte:

- Houve um esforço do Governo para implementar as Grandes Opções do Plano embora a situação da conjuntura económica nacional e internacional não fosse a mais favorável, visto que os recursos financeiros alocados para o financiamento do Programa de Investimento Público ficaram aquém das expectativas. No entanto, destaca-se esse esforço nos domínios de Energia, Água, Turismo, Agricultura, Educação, Protecção social, etc.

- A nivel institucional ainda existe deficuldades dos sectores em produzir relatórios sectorais com informações adequadas sobre as realizações das medidas e projectos, o que deficulta a Direcção de Monitoria e Avaliação produzir anualmente o Relatório completo e atempado. Como exemplo, verifica-se neste relatório ausência de alguns sectores pelo facto de não terem fornecido informações.

## IV. Recomendações Gerais:

- Necessário se torna maior disponibilização dos recursos financeiros para os projectos programados;
- Reforço de comunicação intersectorial e intra-sectorial;
- Necessidade do Relatório Execução Orçamental refletir os resultados da execução financeira dos projectos que têm unidade gestora fora do Ministério das Finanças;
- Maior coordenação entre as Direcções Nacional do Planeamento, Direcção Contabilidade e os sectores no processo de programação, implmentação e seguimento.

.

# V. Anexo

Anexo nº 1: Enquadramento dos projectos do PIP
às medidas das GOP  2017

## Anexo: 1 Enquadramento dos projectos do PIP as medidas dos GOP

| Eixos | Capítulos | Domínios | Programas | Medidas/Acções | Projectos PIP | Valor programado (retificado e dotação corrigida) | Valor executado até o 4º trimestre | % realiz |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Eixo I - Aposta no crescimento económico gerador de emprego | 1º Diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza | Turismo | Promoção e valorização do turismo e actividades conexas | Incentivar investimentos turísticos no meio rural | | | | |
| | | | | Promover a formação na área do Turismo | | | | |
| | | | | Elaborar/actualizar leis que regulem as actividades turísticas hoteleiras e similares; | | | | |
| | | | | Promover campanhas de divulgação e de marketing do país; | Participação nas feiras internacionais de promoção turística de Berlim e Londres | 735.000.000,00 | 566.949.776,00 | 77,1% |
| | | | | | Semana nacional de Turismo | 900.000.000,00 | 0,00 | 0% |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Promoção e Animação Turistica | 980.000.000,00 | 758.244.751,01 | 77% |
| | | | | | | | | |
| | | | | Definir e promover a ‘’Marca São Tomé e Príncipe’’ | "Marca São Tomé e Príncipe’’ | 1.675.000.000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Requalificar os sítios de Interesse turísticos; | Reabilitação de sitio de interesse Turistico | 980.000.000,00 | 835.000.000,00 | 85,2% |
| | | | | Reforçar a capacidade técnica do sector | | | | |
| | | Agricultura | Reforço das capacidades institucionais do sector agrícola | Reforço da capacidade do sector de recolha e tratamento de dados estatísticos de produção agrícola | | | | |
| | | | | Realização de recenseamento geral agro-pecuário | | | | |
| | | | | Formação e capacitação de técnicos do Gabinete de Estudo e Planeamento no domínio de planificação e avaliação de projetos agrícolas | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Garantia da assistência técnica aos produtores através de serviços de extensão rural | Programa de extensão rural | 4.300.000.000,00 | 3.000.454.960,00 | 69,8% |
| | | | | Reforço da capacidade do Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica (CIAT) | Diagnóstico para acreditação do CIAT | 3 062 500 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Conclusão o processo de actualização da Lei Fundiária | | | | |
| | | | | Promover o associativismo e cooperativismo rural, assim como incentivar as organizações produtoras | | | | |
| | | | | sem medida | Projecto -cursos de capacitação e iniação Básica para os Apicultores/ Criadores/Agricultores | 544 642 500,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | Aumento da Produção, produtividade e diversificação agrícola | Promoção de estruturas de transformação e conservação dos produtos agrícolas | ETACV- Transformação agrícola e a cadeia de valores | 7 291 383 750,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | GCP/SFC/001/ MUL - Segurança alimentar reforçada nos meios urbanos na África Central | 4 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Adopção de um sistema integrado de controlo de pragas e doenças | | | | |
| | | | | Promoção de ações conducentes ao surgimento e o fortalecimento de cooperativas agrícolas | | | | |
| | | | | Construção e reabilitação de infraestrutura de apoio à produção agrícola | | | | |
| | | | | | Reabilitação de infraestruturas de apoio à segurança alimentar | 22 630 287 230,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | | | | |
| | | | | Abastecimento e distribuição de insumos, material e equipamentos agrícolas | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | Prossecução da reabilitação e/ou construção de pistas rurais | | | | |
| | | | | Produção de sementes melhoradas e material vegetal necessário para o aumento da produção local | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Projecto sem medida | TCO/STP/3502- Apoio à conservação e melhoria de qualidade de solo | 4 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | GCP/RAF/479/AFB- Reforço da contribuição dos produtos florestais não lenhosos | 4 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Projecto de horticultura urbana e periurbana | 7 614 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | TCP/STP/3501 - promoção da integração agro-pecuária e florestal nas pequenas e micro expl. | 4 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | GCP/RAF/483/BRA- Fortalecimento do programa de nutrição escolar em África | 3 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projeto sem medida | Programa PAPAC | 40 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projeto sem medida | Projecto de reorganização dos assuntos fundiários | 825 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | Pecuária | Melhoria da Qualidade de Produção | Reforço da capacidade institucional da Direcção de Pecuária para apoiar o | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | desenvolvimento do subsector | | | | |
| | 1º Diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza | | | Promoção do desenvolvimento das estruturas de transformação e conservação dos produtos de origem animal | | | | |
| | | | | Promoção do desenvolvimento da pecuária de ciclo curto, nomeadamente, pequenos ruminantes, aves e suínos com destaque para a pecuária familiar | | | | |
| | | | | Promover o fabrico de ração animal com base em produtos locais, para diminuir os custos de produção | | | | |
| | | | | Incentivo à organização dos produtores pecuários | | | | |
| | | Floresta e biodiversidade | Conservação e valorização da floresta e biodiversidade | Combate de forma estruturada e coordenada ao abate ilegal de árvores | | | | |
| | | | | Actualização da Estratégia Nacional sobre a Biodiversidade | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Revisão do quadro jurídico e institucional sobre a gestão das florestas | | | | |
| | | | | Vulgarização e sensibilização da população rural, sobre a necessidade de conservação do meio ambiente, floresta e biodiversidade | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | Pesca | Aumento e melhoria da qualidade de produção do pescado | Actualização da Lei Sanitária para o levantamento do embargo sanitário do produto de pesca ao mercado europeu | | | | |
| | | | | Reorganizar as associações dos pescadores e palaiês e incentivar a criação de Cooperativas | | | | |
| | | | | Melhoria das capacidades técnicas dos recursos humanos dos serviços de pesca | | | | |
| | | | | Actualização da lei e regulamento de pesca (registo de embarcações, regime de | Projecto de sistema de estatística de pesca | 367 500 000,00 | 0,00 | 0,0% |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | licenças de pesca, sistema de controlo e fiscalização) | Programa de promoção de pesca artesanal | 8 200 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Aprovisionamento em insumos de pesca, equipamento de navegação e de segurança | | | | |
| | | | | Realização de campanhas de sensibilização sobre o manuseamento correcto do pescado em locais de desembarque do pescado | | | | |
| | | | | Reforço das capacidades das Palayes na conservação e transformação dos produtos pesqueiros | Projectos de melhoria das condições higienica-sanitária dos produtos de pesca | 8 575 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada | Embarque do Observador a Bordo | 612 500 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | | | | |
| | | | | Projecto sem medida | Projecto de Reabilitação de Infraestruturas de Apoio à Segurança Alimentar - PRIASA | 10 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Comércio | Inserção da economia na sub-região e no sistema comercial multilateral | Reforço do processo de integração regional ao nível da "CEEAC" e no sistema comercial multilateral | Facilitação do comércio Africa Trade Fund | 10 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Reforço do mecanismo de abastecimento e de seguimento do mercado relativamente aos bens alimentares da primeira necessidade | | | | |
| | | | | Aceleração do processo de acessão a Organização Mundial do Comércio | Meios e E quipamento para DRCAE | 385 000 000,00 | 70 400 000,00 | 18,3% |
| | | | | Formação e capacitação dos quadros técnicos em línguas (francês e inglês); | | | | |
| | | | | Capacitação em formulação, implementação e negociação de políticas comerciais | | | | |
| | | | | Operacionalização da Comissão Nacional de Negociação Comercial (CNNC); | | | | |
| | | | | Reorganização e formalização das actividades de comércio interno e do Comercio de | Apoio ao incremento do fundo de estabilização de preços | 1 985 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Serviços | | | | |
| | | | | Elaboração de um estudo sobre a dimensão do sector informal do Comércio | | | | |
| | | | | Desconcentração distrital de emissão das licenças de Quitandas e afins | | | | |
| | | | | Projecto sem medida | Quadro Integrado Reforçado - TIER I | 7 350 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | Indústria | Reforço institucional e modernização administrativa da Direção da Indústria | Melhorar o quadro legal do sector industrial tornando propício para atracão de investimentos estrangeiros | | | | |
| | | | | Atualização do quadro legislativo do sector industrial | | | | |
| | | Sector privado e atração de investimento (Ambiente de negócios e empreendedorismo) | privado como opção viável para o desenvolvimento da economia nacional | Implementação do serviço de apoio ao empreendedor e organização da oferta de serviços, que inclua formação, aconselhamento e informação ao potencial empreendedor | | | | |
| | | | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1º Diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza | | | Elaboração e validação do Plano Estratégico para a Promoção de Investimento | | | | |
| | | | | Operacionalização da APCI e sua eventual filiação na Associação Mundial das Agências de Promoção de Investimento | | | | |
| | | | | Participação em fóruns e conferências nacionais e internacionais sobre negócios | Fórum empresarial de África Central | 700 000 000,00 | 260.491.000,00 | 37,2% |
| | | Administração Pública | Desenvolvimento Institucional e modernização administrativa | Lançamento de um programa de informatização da administração pública | | | | |
| | | | | Lançamento de um estudo com vista a estabelecer um Plano de Ordenamento do Território | | | | |
| | | | | Simplificação de processos e procedimentos administrativos desnecessários e redundantes | | | | |
| | | | | Continuação da promoção e divulgação das novas tecnologias através de alargamento das Praças | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Digitais, construção de Centro de Interacção Jovem e Centros Digitais nos Distritos e Região Autónoma do Príncipe | | | | |
| | | | | Introdução na Administração Pública de mecanismos que permitam uma maior fluidez de comunicação entre os serviços públicos, aplicação efectiva de procedimentos das normas disciplinares na função pública | | | | |
| | | | | Conclusão da revisão do Estatuto da Função Pública e assegurar a sua aplicação | | | | |
| | | | | Promoção de acções de formação destinados a qualificação dos recursos humanos ao serviço do Estado, em articulação com as Direcções Administrativas e Financeiras dos Ministérios | | | | |
| | | Petroleo | | Projecto sem medida | Transferência para Agência Nacional de Petróleo | 7 000 000 000,00 | 6 999 996 666,30 | 100,0% |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Planeamento e Estatistica | Melhoria do sistema de informação e orientação de políticas públicas | Aprovação e aplicação da Lei de Base do Sistema Nacional de Planeamento | | | | |
| | | | | Reforço da capacidade na concepção, planificação, seguimento e avaliação das estratégias, programas e projectos de desenvolvimento ao nível das unidades de planificação sectorial | | | | |
| | | | | Capacitação dos técnicos do INE | Assistência técnica de apoio à determinação do novo cabaz do IPC | 837 230 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | IOF - Inquerito ao Orçamento Familiar | 10 198 691 176,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | Politica monetária e cambial | ( Este programa não consta nas GOP 2017 e foi proposto neste enquadramento) Sistema Financeiro | Integração dos serviços envolvidos na gestão de recursos financeiros numa plataforma única | | | | |
| | | | | | SPAUT - Sistema de pagamento eletrónico | 10 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Reforço do mecanismo de controlo da gestão das despesas públicas, e eliminação das derrapagens e | | | | |
| | | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | atrasos | | | | |
| | | | | Reforço do mecanismo de combate à fraude, contrabando e lavagem de dinheiro | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | 2º Reforçar a gestão das finanças públicas | Finanças Públicas | Gestão das Finanças Públicas | | | | | |
| | | | | Reforço dos mecanismos de preparação, elaboração, aprovação e execução do OGE | Implementação do SAFE | 5 000 000 000,00 | 2 402 648 167,50 | 48,1% |
| | | | | Apropriação do quadro de despesas de médio prazo enquanto instrumento de programação financeira das despesas públicas | | | | |
| | | | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | Actualização da Lei sobre o Sistema de Administração Financeira do Estado | | | | |
| | | | | Projecto sem medida | Projecto de Apoio a gestão economica e financeira-PAGEF | 16 532 979 750,00 | 551.150.000,00 | 3,3% |
| | | | | Projecto sem medida | Apoio institucional à Direcção dos impostos e IGF | 715 000 000,00 | 152.994.000,00 | 21,4% |
| | | | | Projecto sem medida | Melhoria das instalações do Min. das Finanças | 963 215 000,00 | 430.847.604,00 | 44,7% |
| | | | | Projecto sem medida | Aquisição de bens e equipamentos para MPF | 900 000 000,00 | 649.250.000,00 | 72,1% |
| | | | eficácia da Ajuda Pública ao Desenvolvimento | Melhoria dos mecanismos de mobilização e gestão de recursos externos | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Alinhamento da APD às prioridades de desenvolvimento nacionais, de forma que os mesmos sejam usados adequadamente para alavancar o desenvolvimento | | | | |
| | | | | Reforço da articulação entre o Gabinete de Coordenação e Gestão de Ajudas e diferentes serviços do Ministério das Finanças para uma melhor coordenação na programação, mobilização, utilização e controlo dos recursos externos | | | | |
| | | | | Criação de um sistema integrado de informações sobre a APD e dívida Pública | | | | |
| | 3º Investir na modernização das infra-estruturas económicas e sociais | Porto | Modernização e expansão das infra-estruturas Portuária | Aquisição de equipamentos operacionais e de segurança | | | | |
| | | | | Construção e reabilitação de infra-estruturas | | | | |
| | | | | Reforma de quadro legal e institucional | | | | |
| | | | | Reforço da capacidade técnica e operacional do Porto de Ana | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Chaves em S. Tomé | | | | |
| | | Aeroporto | Modernização e Expansão Aeroportuária | Melhoria dos serviços de combate ao incêndio, assim como de comunicação e de apoio a navegação | | | | |
| | | | | Aquisição de equipamentos de segurança e de meios informáticos adequados | | | | |
| | | | | Melhoria da qualidade dos serviços aos utentes | | | | |
| | | | | Melhoria do sistema de iluminação e de sinalização | | | | |
| | | | | Reforço da capacidade profissional dos técnicos da ENASA, do INAC e da Meteorologia | | | | |
| | | Transporte terreste | Construção e reabilitação do sistema viário: expansão e modernização do sector de transportes terrestres | Melhoria da rede viária nacional | Reabilitação dos arruamentos da cidade de Sto. António | 41 000 000 000,00 | 6 000 000 000,00 | 14,6% |
| | | | | | Construção de estrada Palha/Margarida Manuel | 26 488 589 715,00 | 2 333 445 010,50 | 8,8% |
| | | | | | Construção de estrada que liga Oque Del-Rei /Boa | 25 779 132 198,00 | 0,00 | 0,0% |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Morte | | | |
| Construção de estrada Penha - Lixeira/ Agua Porca | 17 000 000 000,00 | 4 896 993 940,00 | 28,8% |
| Requalificação/Lote 2 aeroporto /Praia Gâmboa | 18 192 713 172,00 | 4 428 029 214,70 | 24,3% |
| Requalificação/Lote Conde /Micoló/Fernão Dias | 16 900 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| Requalificação da EN2 (deslizamento PK62+000) | 12 525 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| Requalificação da EN1 / Conde / Gleba | 2 100 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| Requalificação da EN1/Cemitério de Sto Amaro | 0,00 | 0,00 | #DIV/0! |
| Construção da estrada Gaspar/ Sundy/ ET 601-6,1 km | 10 975 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| Reparação de muro de protecção costeira em S. Gabriel | 4 000 000 000,00 | 3 006 740 300,50 | 75,2% |
| Construção de estrada Rio-lima - Gleba/Capela | 5 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Reabilitação da estrada nacional Nº3 | 20 507 506 027,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | Reabilitação de troços de estradas | 57 500 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | Requalificação da EN2( Avenida Kwame N´kruma) | 10 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Reforçar o programa de manutenção e reparação das estradas | GIME- Manutenção corrente de estradas | 17 516 997 756,00 | 6 846 866 020,01 | 39,1% |
| | | | | | | | | |
| | | | | | Manutenção extraordinária - GIME | 8 800 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | | | | |
| | | Energia | Provisão de energias fiáveis e de baixo custo | Fornecimento de energia eléctrica em diferentes comunidades rurais do país | | | | |
| | | | | Reabilitação e extensão da rede de baixa e média tensão | Construção da linha de saída SE1 para PT Olaria, alteração 6 P/30 KV-13Km e Conv. 12 PT´S | 5 171 384 614,00 | 0,00 | 0,0% |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Renovação da linha aérea 30 Kv, compl e reforço do anel PT´s Kilombo Fruta - fruta | 23 613 767 811,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Reabilitação da rede elétrica de distribuição de baixa tensão 16 zonas | 15 365 874 925,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | substituição da linha aerea 30KV STºAmaro-P24 p/20MW e L subt30KV P-24- central São Tome p/10MW | 25 955 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | Aumento da capacidade de produção e distribuição de energia | Central chave na mão com 3 geradores ABC 750 rpm 2,5 MVA 0,4 Kv | 6 272 972 650,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | Aumento da eficiência energética | Requalificação do edifício da ex central elétrica | 4 500 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | Elaboração do Plano Director de Energia | | | | |
| | | | Incentivo à produção de energia hídrica e solar | | | | |
| | | | | Manutenção da central elétrica | 17 760 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Programa recuperação do sector energético | 70 200 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | Água | Reabilitação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água | Promover a utilização racional dos recursos hídricos | | | |
| | | | | Reabilitar as redes de abastecimento, transportes e distribuição de água | Projecto de reabilitação de sistema de abastecimento de água Santana e arredores | 11 000 000 000,00 | |
| | | | | | Reabilitação e extensão do sistema de abasecimeno de agua de Ribeira Afonso | 31 500 000 000,00 | 8 554 162 380,28 | 27,2% |
| | | | | | Projecto de reabilitação e extensão do sistema de abastecimento de água na cidade de Neves | 24 863 400 000,00 | 2 341 754 020,00 | 9,4% |
| | | | | | Reabilitação da rede de água / EN3 | 4 000 000 000,00 | 1 918 217 719,30 | 48,0% |
| | | | | | Abastecimento de água potável as populações | 1 300 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | Proj. Const.ext.sist.abast.agua de obolongo ( Rio Me-zochi) - fase 1 | 19 628 871 996,00 | 19 628 871 995,84 | 100,0% |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Construir barragens e represas nas zonas agrícolas de maior escassez de água | | | | |
| | | | | Proceder a actualização e monitoramento dos dados e indicadores da estratégia participativa para água e saneamento, 2030 | Programa de melhoria de indicadores de abastecimento de água em STP | 8 207 500 000,00 | 4 193 584 514,58 | 51,1% |
| | | | | Elaboração do quadro legislativo e regulamentar de água e hidrologia | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | Telecomunicações e TIC´s | Promoção de acesso às tecnologias de informação e comunicação e sua regulação | Desenvolvimento de novos serviços proporcionados pelas TIC'S | | | | |
| | | | | Continuação da generalização do acesso e utilização a todos dos espaços públicos à internet | | | | |
| | | | | | STP em rede | 1 845 541 512,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | Blackbone e fibra óptica - INIC | 16 085 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Reforço do quadro institucional, legal e | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | regulamentar para o desenvolvimento das TIC em São Tomé e Príncipe | | | | |
| | 4º Assegurar uma melhor gestão do território e do meio ambiente | Obras públicas, urbanismo e ordenamento de território | Reforço de Capacidade institucional dos Serviços de Obras Públicas e Urbanismo | Regulamentação Geral de Construções e Habitações Urbanas de S.Tomé e Príncipe | | | | |
| | | | | Reforço de capacidade de fiscalização e controlo das obras | | | | |
| | | | | Capacitação dos recursos humanos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) | | | | |
| | | | Reforço de capacidade dos Serviços de Ordenamento do Território | Actualização da cartografia nacional e a elaboração do Plano Nacional de Ordenamento do Território | Plano Nacional de Ordenamento de território | 28 624 265 000,00 | 1 359 198 750,00 | 4,7% |
| | | | | Capacitação de quadros dos Serviços Geográficos e Cadastrais | | | | |
| | | | | Criação do Sistema de Informação Geográfica (SIG) | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | |
| | | | Projecto sem programa | Projecto sem medida | | 700 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | Projecto sem programa | Projecto sem medida | Construção de 2 mercados | 13 700 000 000,00 | 3 545 789 500,00 | 25,9% |
| | | Meteorologia | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | Meio Ambiente | Promoção de um ambiente saudável e de utilização racional de recursos naturais | Reforço da capacidade das instituições ambientais | | | | |
| | | | | Implementação do plano de gestão dos parques naturais Ôbo de S.Tomé e do Príncipe; | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Realização de campanhas de informação, educação e sensibilização | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | Saneamento | Aumento e melhoria de acesso ao saneamento básico | | | | | |
| | | | | Reabilitação das antigas redes de esgotos para a evacuação das águas pluviais na cidade de São Tomé e Príncipe e construir novas redes | | | | |
| | | | | Sensibilização da população para as boas práticas de higiene, saneamento e impacto na saúde | | | | |
| | | | | Construção ou reabilitação de infraestrutura de saneamento básico em conformidade com as políticas sectoriais | | | | |
| | | | | Recolha e tratamento regular do lixo urbano em parceria com as Câmaras Distritais | | | | |
| | | | | Reforço de capacidade de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Realização de obras de saneamento básico nas comunidades devidamente identificadas | Programa de melhoria de sistema de saneamento em STP | 9 126 900 000,00 | 3 225 986 531,66 | 35,3% |
| | | | | Manutenção, limpeza e saneamento de canais | Limpeza e desassoriamento do rio / distrito de Lembá | 1 058 000 000,00 | 1 050 000 000,00 | 99,2% |
| | | | | | Manutenção, limpeza e saneamento de canais | 5 726 786 265,00 | 5 726 786 262,00 | 100,0% |
| | | | | Projecto sem medida | PNAEPAR-Programa Nacional de Aprovisionamento de água potável e Saneamento do Meio | 15 179 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| TOTAL EIXO I | | | | | | **866 529 133 047,00** | **95 734 853 084,18** | **11,0%** |
| na credibilização externa de São Tomé e Principe | 1º Valorizar o capital humano e reforçar a boa governação | Educação e formação | Melhoria do acesso, equidade e qualidade no sistema da educação e da formação | Construção, reabilitação, adaptação e equipamentos das escolas em todos os níveis de ensino | Conclusão de salas de aulas em Angra Toldo e construção de murro de vedação | 1 777 600 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | Construção do jardim de infância em Ribeira Peixe | 1 300 051 780,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | Construção de jardim de infância em Neves | 2 535 755 191,00 | 0,00 | 0,0% |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Construção da escola secundária básica no 1º de Junho | 2 275 470 339,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | Construção do Liceu em Lobata | | | |
| | | | | | Construção de Jardim em Fernão Dias | 1 544 641 403,00 | 576.274.887,36 | 37,3% |
| | | | | | Construção de escolas Sec/ básicas Trindade | 8 927 040 243,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | Construção das salas de aula nas escolas básicas | 18 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | Construção de jardim de infância em bobó foro e milagrosa | 5 066 172 305,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | Construção de deposito de Àgua nas escolas básicas e secundárias | 5 600 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | Construção e reabilitação das infraestruturas escolares | 22 277 551 300,00 | 3 398 142 533,95 | 18,0% |
| | | | | | Construção da escola de Porto Alegre | 5 608 216 245,00 | 0,00 | 0,0% |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Constr.e reab. de casas de banho nas escolas | 1 885 000 000,00 | 187.864.832,50 | 10,0% |
| | | | | Construção de jardim de infância em Conde | 1 600 000 000,00 | 1 556 699 276,98 | 97,3% |
| | | | | Construção de 20 salas de aula em S. Marcos | 29 601 839 000,00 | 12 450 000 000,00 | 94,7% |
| | | | | Aquisição de móveis escolares | 10 372 696 011,00 | 2 974 539 202,24 | 28,7% |
| | | | Promover escolas amigas de crianças, educação de qualidade e um programa nacional adequado de alimentação escolar | Financiamento da cantina escolar | 13 000 000 000,00 | 3 468 155 689,50 | 26,7% |
| | | | Reforçar a capacidade de instituições que lidam com a formação profissional | | | | |
| | | | Aumentar e diversificar a oferta de formação profissional e com qualidade | | | | |
| | | | Promover a educação de jovens e adultos em articulação com as actividades geradores de rendimento e inserir no mercado de | Alfabetização solidária | 2 563 600 000,00 | 1 353 600 000,00 | 107,1% |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | emprego | | | | |
| | | | | Promoção do ensino especial | Ensino especial | 1 000 000 000,00 | 683 841 000,00 | 68,4% |
| | | | | Promover o desporto escolar | | | | |
| | | | | Projecto sem medida | Escola Piloto em Libreville | 600 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | Acelerar o desempenho educativo | Melhorar a Gestão Escolar | | | | |
| | | | | Melhorar o sistema de avaliação das aprendizagens e do sistema do ensino | Projecto escola + | 7 540 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Melhorar o desempenho educativo | Reforço da Capacidade Institucional/Manual Escolar | 10 150 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | Educação de qualidade para todos | 20 331 804 800,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Valorizar, profissionalizar e premiar o corpo docente e não docente | | | | |
| | | | | Desenvolver o ambiente escolar propício e estimulante ao aprendizado | Olimpiadas de matemática da CPLP | 850 000 000,00 | 0,00 | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | |
| | | | | Envolver os pais e encarregados de educação na participação da vida escolar | | | | |
| | | | Ensino Técnico e Profissional | Adequar o currículo as novas exigências actuais | | | | |
| | | | | Criar curso de engenharia ambiental, educação empreendedora, economia azul e turismo | Formação de Profissionais em Engenharias | 1 450 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Polos Distritais USTP | 3 675 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | Aquisão de materias e equipamentos para centro Politécnico | 2 942 850 000,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | Projecto sem medida | Educação empreendedora | 1 056 000 000,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Reforço da capacidade institucional da Comunidade Educativa | Realizar acções de formação de todo o pessoal docente, gestores, inspectores e supervisores | Formação de professores para melhoria do sistema de ensino | 2 500 633 132,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Integrar as tecnologias de informação e comunicação nos processos e procedimentos do | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | sistema educativo e organizacional | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | Programa Escola em Rede | Sensibilização da comunidade educativa em geral de forma a mostrar a importância e a necessidade da inclusão das novas tecnologias de informação e comunicação no sistema de ensino | | | | |
| | | | | Instalação de internet de boa qualidade nos estabelecimentos de ensino | | | | |
| | | | | Criação de plataformas digitais de interacção entre os professores, professor-aluno, e entre os alunos | | | | |
| | | | | Criação de mais laboratórios informáticos, não só no ensino secundário, mas também no básico | | | | |
| | | | | Incentivar formações nas áreas das novas tecnologias | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Desenvolvimento do Ensino Superior e Ciência | Melhorar a capacidade docente da Universidade STP | | | | |
| | | | | Criação do Gabinete acreditação, avaliação e inspecção do ensino superior, assim como o quadro legislativo e regulamentar do ensino superior | | | | |
| | | | | Criar o Centro de Excelência, Ciência e Tecnologia | | | | |
| | | | | Promover cursos de especialização, mestrado e doutoramento de acordo com as reais necessidades reais do país | | | | |
| | | | | Desenvolver o Sistema Científico Nacional | Aquisição de reagentes e equipamentos para Laboratórios | 3 100 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Bolsa de estudo | 6 200 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | Saúde | acesso e na utilização de cuidados de saúde e viabilidade do sistema sanitário | Requalificação e apetrechamento dos hospitais e centros de saúde existentes | Construção do posto Sanitário de Uba Budo | 700 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | Aquisição de ambulâncias equipadas | 5 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Reabilitação da cubertura do edifício hospititalar de Neves | 1 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | Reabilitação do Centro de saúde de Angolares | 1 700 000 000,00 | 1 153 557 510,00 | 67,9% |
| | Construção do Posto de Saúde de S. Finicia | 2 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | Apetrechamento do Centro de Saúde de Mé-Zochi | 5 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | Obras de reabilitação e pintura dos postos sanitários | 3 919 529 238,40 | 2 736 006 959,43 | 91,2% |
| | Construção de casas para acolhimento de doentes e associados | 5 736 343 073,50 | 2 143 808 493,33 | 142,9% |
| Capacitação dos recursos humanos do sistema nacional de saúde | Assistência técnica ao sistema de saúde | 20 928 080 000,00 | 10 675 798 338,00 | 62,4% |
| Melhoria da qualidade de serviços de atendimento e consequente redução do tempo de espera nos estabelecimentos hospitalares | Melhoria do sistema nacional de saúde | 37 204 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | Projecto reforço do sistema de saúde STP | 20 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Gestão mais eficaz do funcionamento da Central de Compras de medicamentos | Aquisição de medicamentos e consumíveis de saúde | 20 000 000 000,00 | 17 623 058 205,07 | 88,1% |
| | Aquisição de medicamentos para portadores de HIV/ Sida | 2 500 000 000,00 | 1 348 398 732,50 | 53,9% |
| Projecto sem medida | Reabilitação de casas germinadas em Neves | 453 000 000,00 | 395 178 525,00 | 87,2% |
| Projecto sem medida | Combate as doenças transmissiveis | 3 120 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| Projecto sem medida | Apoio insitucional ao HAM | 7 350 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| Projecto sem medida | Contrapartida nacional para Fundo Global | 7 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| Projecto sem medida | Programa de Combate à Tuberculose | 2 027 420 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| Projecto sem medida | Programa de combate a HIV | 7 669 520 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| Projecto sem medida | Liderança e governação no sistema de saúde | 600 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| Projecto sem medida | Aquisição de reagentes e consumíveis para o sistema sanitario | 18 813 250 970,00 | 8 813 250 970,00 | 176,3% |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | a social e assistênc ia social | | Projecto sem medida | Saúde reprodutiva e saúde de mãe, récem nascido, criança e adolescente | 2 020 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Emergências sanitárias | 500 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Luta contra o paludismo | 20 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Preparação, acompanhamento e resposta no sistema de saúde | 5 280 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Assistência infantil e imunização | 620 000 000,00 | 620 000 000,00 | 100,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Luta contra doenças não transmissíveis | 2 560 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Projecto saúde para todos | 20 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Apoio aos doentes com problemas mentais | 900 000 000,00 | 651 717 105,00 | 72,4% |
| | | | | Projecto sem medida | Conclusão do posto sanitário de Madre Deus e Boa Morte | | | |
| | | | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | Justiça | Credibilização e melhoria da acessibilidade da Justiça | Dotar os Tribunais e o Ministério Público de um número suficiente de juízes e magistrados, com base na complexidade dos serviços, e em conformidade com a nova Lei Base do Sistema Judiciário | | | | |
| | | | | Implementar os tribunais ou secções com competências especializadas, família e menor | | | | |
| | | | | Formação e capacitação dos Magistrados e dos agentes e funcionários da Justiça | | | | |
| | | | | Criação de um serviço de Inspecção | | | | |
| | | | | Prossecução da reforma legislativa e actualização dos diplomas | Reforma Legistativa/Actualizações<br><br>Diplomas | 5 575 000 000,00 | 0,00 | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Adopção de mecanismos legais de resolução de conflitos extrajudicial | | | | |
| | | | | Implementação de modelos de realização de justiça de proximidade | | | | |
| | | | | Informatização e integração dos Tribunais MP DGRN e PJ | | | | |
| | | | | Recuperação dos Livros de Assentos de Nascimentos | | | | |
| | | | | Informatização e digitalização dos serviços gerais dos Registos Notariados | | | | |
| | | | | Implementação do plano estratégico da DGRN | | | | |
| | | | | Projecto sem medida | Apoio institucional a boa Governação | 6 413 560 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Apoio a Ordem dos Advogados | 450 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Instalação do sistema judicial na RAP | 500 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | te à delinq uência e à crimin | Implementação da Policia | Reforço à reforma da | 1 500 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Judiciaria, com redimensionamento dos serviços e recursos humanos, dos meios materiais e de investigação criminal e científica | administração Pública | | | |
| | | | | | Organização e implementação da PJ | 3 500 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | Aquisição de Meios rolantes PIC | 1 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Criar e implementar programas de inserção social dos reclusos, permitindo a ressocialização dos mesmos | | | | |
| | | | | Reforço da capacidade Institucional no apoio e aconselhamento de vítimas de violência | | | | |
| | | | | Prossecução da campanha nacional de combate a droga | | | | |
| | | | | Desenvolvimento de programa televisivo sobre a violência e a criminalidade | | | | |
| | | | | Elaboração do plano estratégico nacional de combate ao tráfico e consumo de droga | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Projecto sem medida | Aquisição de Uniformes para reclusos | 200 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Construção nova ala na cadeia cental | 10 000 000 000,00 | 879.293.960,00 | 8,8% |
| | | | | Projecto sem medida | Transporte de reclusos ( Príncipe/ são Tomé e Vice-versa) | 300 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Cooperação com a Interpol regularização da divída (PIC) | 1 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | projecto sem medida | Melhorar pavimentação da cadeia central | 1 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | Promoção dos Direitos Humanos, Cidadania e Protecção dos Menores | Adesão e ratificação das convenções internacionais sobre direitos humanos; | | | | |
| | | | | Campanha de informação e sensibilização sobre a promoção dos direitos humanos e da cidadania | | | | |
| | | | | Criação e institucionalização da Comissão Nacional dos Direitos Humanos | | | | |
| | | | | Implementação de política nacional de protecção de | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | menores | | | | |
| | | | | Transposição para o direito interno das normas constantes das Convenções Internacionais ratificadas pelo país | | | | |
| | | | Promoção da Igualdade e Equidade de Género | Elaboração e implementação de um programa de reforço das capacidades dos pontos focais sectoriais, regional e distritais no domínio de integração das questões de género | | | | |
| | | | | Mobilização social e sensibilização de todos os intervenientes na promoção de igualdade e equidade de género | | | | |
| | | | | Reforço da capacidade de participação das mulheres em todos os sectores de actividade económica | | | | |
| | | | | Promoção de acções que permitam a eliminação de todas as formas de violência, sobretudo as baseadas no | Combate a violência baseada no Genéro | 2 450 000 000,00 | 359.475.000,00 | 14,7% |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | género | | | | |
| | | | | Mobilização de recursos para implementação das acções que promovam a igualdade e equidade de género | | | | |
| | | | | projecto sem medida | Construção/aquisição de um edifício | 31 550 000 000,00 | 5 000 000 000,00 | 31,3% |
| | | | | projecto sem medida | Construção/aquisição de um edifício | | | |
| | | | | projecto sem medida | | | | |
| | | | | projecto sem medida | | | | |
| | | | | projecto sem medida | Apetrechamento das novas instalações do Supremo Tribunal de Justiça | 5 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | | | | |
| | | Comunicação social | Promoção dos Mass Medias | Melhoria do quadro legislativo e regulamentar para o exercício da profissão | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | jornalística | | | | |
| | | | | Reforço das capacidades institucionais dos órgãos de comunicação social público | Aquisição de meios de transporte | 1 500 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Incentivar a criação de órgãos de comunicação social privados | | | | |
| | | | | Criação e dinamização de programas culturais, educativos e de divulgação da ciência e tecnologia | | | | |
| | | | | Aumentar a capacidade de promoção de conteúdos pelos órgãos de comunicação social | | | | |
| | | | | Reforço da capacidade técnica dos órgãos de comunicação social e melhoria de sua cobertura nacional | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | Projecto sem medida | Manutenção dos emissores | 850 000 000,00 | 22 562 282,75 | 2,7% |
| | | Programa não consta no domínio | sem | projecto sem medida | Reabilitação do edifício do palácio dos congressos | 9 500 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | projecto sem medida | Reabilitação do Gabinete do Primeiro Ministro | 4 500 000 000,00 | 1 898 050 000,00 | 42,2% |
| | | | | projecto sem medida | Aquisição de meios para ministerio público | 2 500 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | projecto sem medida | Apoio Institucional à PGR | 1 000 000 000,00 | 1 000 000 000,00 | 100,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Apoio institucional às Centrais Sindicais | 300 000 000,00 | 24 014 500,00 | 8,0% |
| | | | | Projecto sem medida | serviços de ensino e formação-RNSTP | 130 682 525,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Exercícios findos ( | 297 841 597 183,56 | 259 002 646 282,33 | 87,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Regularização SN-AC | 23 698 682 655,00 | 23 183 575 358,00 | 97,8% |
| | 2º Apoiar a juventude, consolidar a familia e proteger grupos vulneráveis | Juventude | Promoção do desenvolvimento da juventude | Promoção do associativismo e voluntariado | | | | |
| | | | | Promoção de actividades para a ocupação de tempos livre dos jovens | Construção do centro recreativo de Ribeira Afonso | 1 800 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Reforço das acções de informação e comunicação para a mudança de comportamento da população | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | juvenil | | | | |
| | | | | Realização de actividades de sensibilização para promoção de saúde sexual reprodutiva e contra o consumo de drogas | | | | |
| | | | | Criação de uma cooperativa de jovens artesãos através do projeto de apoio a produção do artesanato em STP | | | | |
| | | | | | Jovens criadores da CPLP | 1 500 000 000,00 | 1 000 120 211,00 | 67% |
| | | | | Reforço do quadro legal e regulamentar do Instituto da Juventude | | | | |
| | | | | Projecto sem medida | Apoio institucional ao Conselho Nacional da Juventude | 300 000 000,00 | 133 396 850,00 | 44,5% |
| | | | | Projecto sem medida | Dia internacional da juventude | 300 000 000,00 | 185 845 000,00 | 61,9% |
| | | | | Projecto sem medida | Formação e capacitação de jovens empreendedores | 336 477 250,00 | 327 477 250,00 | 97,3% |
| | | | | Projecto sem medida | Apoio institucional à associação de jovens | 150 000 000,00 | 150 000 000,00 | 100,0% |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | empreendedores | | | | |
| | | Habitação | sem Programa | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | Emprego e relações laborais | Reforço institucional e normativo da administração de emprego e trabalho e formação profissional | Revisão e actualização da Legislação Laboral | | | | |
| | | | | Formação dos quadros técnicos no domínio de estatística de trabalho e análise de dados | | | | |
| | | | | Criação de uma base de dados com indicadores de mercado de trabalho | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Formação do pessoal nas seguintes áreas da administração do trabalho: (legislação laboral, relações de trabalho, protecção laboral/serviços laborais básicos, emprego e formação profissional, informação) | | | | |
| | | | | Realização das acções de formação sobre segurança, higiene, saúde no trabalho/prevenção de riscos profissionais | | | | |
| | | | | Apetrechar a Inspecção-geral do trabalho com equipamentos mínimos necessários para o seu funcionamento | | | | |
| | | | | sem medida | Reabilitação, pintura e ampliação do edifício do MEAS | 2 500 000 000,00 | 1 619 553 523,90 | 64,8% |
| | | | | sem medida | Apoio ao Centro de formação profissional | 2 470 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | emprego decente e Empreendedorismo de | Formação de 200 mulheres no domínio de empreendedorismo com vista | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | à criação de auto-emprego; | | | | |
| | | | | Formação e capacitação de jovens empreendedores na área de gestão de negócios | | | | |
| | | | | Implementação de um dispositivo de incubadora de projectos | | | | |
| | | | | Realização do estudo sobre o comportamento e importância do sector informal no emprego e na economia nacional | | | | |
| | | | | Apoio técnico aos operadores do sector informal através da provisão de serviços de desenvolvimento de negócios e de ações formativas | | | | |
| | | | | Zelar pela ratificação das normas e convenções internacionais de trabalho | | | | |
| | | Formação profissional | | | | | | |
| | | | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Segurança e proteção social (Familia e Grupos mais vulneráveis ) | Desenvolvimento do sistema de protecção e segurança social | Promoção de iniciativas empresariais geradoras de postos de trabalho | | | | |
| | | | | Desenvolvimento de programas de capacitação e de estágios para os jovens | | | | |
| | | | | Implementação do programa de apoio ao empreendedorismo jovem | | | | |
| | | | | Reforço de integração social dos grupos/famílias vulneráveis | Apoio à integração social dos grupos mais carenciados | 9 066 500 000,00 | 2 811 672 038,00 | 31,0% |
| | | | | Reforço de capacidade técnica, institucional e administrativa do sector de emprego, segurança e protecção social | Apoio às ONG´s parceiras da acção social | 550 000 000,00 | 430 000 000,00 | 78,2% |
| | | | | Melhoria da integração dos pobres e grupos vulneráveis na economia, através do apoio a trabalhos públicos comunitários | | | | |
| | | | | Melhoria de pensões sociais aos indivíduos desprovidos de qualquer cobertura de previdência social | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Reforço de protecção aos grupos em situação de risco e ou exclusão (idosos, deficientes, doentes crónicos, órfãos, famílias vulneráveis) | Protecção social | 7 411 500 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | Apoio as pessoas portadoras de deficiência | 525 000 000,00 | 272 447 000,00 | 51,9% |
| | | | | | Cozinha social- fornecimento do prato quente/ dia aos idosos carenciados | 1 155 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Apoio às pessoas vítimas de catástrofes naturais (derrocadas, incêndios, cheias, vendaval, etc.) | | | | |
| | | | | Criação de mais centros comunitários de desenvolvimento /centros do dia | | | | |
| | | | | Sem medida | Construção e reabilitação de casas socias ( Mé-zochi e Caué)- Realibilitação do centro social de Cantagalo, Lobata e P... | 6 000 000 000,00 | 1 531 175 140,00 | 25,5% |
| | cultura e o desporto nacional e a inclusão da | Desporto | Promoção do Desporto Jovem | Mobilização de meios técnicos e financeiros para realização de jogos juvenis da CPLP em 2018 | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Formação e capacitação dos quadros técnicos do MJD | | | | |
| | | | | Melhoria das infraestruturas desportivas | Melhoria do polodesportivo ( balneários e bancadas) | 13 174 743 036,14 | 9 174 743 036,14 | 69,6% |
| | | | | | Construção de um polodesportivo na RAP | 900 000 000,00 | 448 294 300,00 | 49,8% |
| | | | | | Construção de um estádio na cidade da Trindade | 10 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Massificação e orientação da prática do Desporto | | | | |
| | | | | Promoção da participação dos jovens nas actividades desportivas | Comemoração de 12 de Março desportivo | 550 000 000,00 | 499 452 500,00 | 90,8% |
| | | | | Promoção da educação e ensino através da revitalização do Desporto Escolar | Apoio ao desporto escolar | 1 716 011 420,00 | 716 011 420,00 | 41,7% |
| | | | | Projecto sem medida | Transferência para federações e clube | 3 000 000 000,00 | 1 889 766 195,05 | 63,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Incentivo ao desporto paraolímpico | 250 000 000,00 | 27 200 000,00 | 10,9% |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Projecto sem medida | Apoio institucional ao Comité Olimpico Nacional | 250 000 000,00 | 161 637 000,00 | 64,7% |
| | Cultura | Valorização e preservação da identidade histórica -cultural de STP | Reforço da capacidade institucional da Direcção da Cultura | | | | |
| | | | Definição e inventariação do património cultural nacional | | | | |
| | | | Resgatar os valores ético-morais, através do reforço da identidade cultural nacional | Subsídio para comemoração de 3 de fevereiro | 470 000 000,00 | 467 450 000,00 | 99,5% |
| | | | | Preservação e valorização da cultura nacional | 200 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | Divulgação e expansão dos costumes, tradições e valores nacionais nos estabelecimentos do ensino | | | | |
| | | | Projecto sem medida | Restauração do teto do Museu Nacional | 1 329 357 500,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | | | |
| | Inclusão da Diáspora | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 4º Reforçar o Poder Local e Criar Polos de Desenvolvimento | Poder Local | sem Programa | Projecto sem medida | Transferência de capital para Câmara Distrital de Água Grande | 6 892 810 794,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Transferência de capital para Câmara Distrital de Cantagalo | 5 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Transferência de capital para Câmara Distrital de cauê | 4 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Projecto sem medida | Transferência de capital para Câmara Distrital de Lembá | 4 000 000 000,00 | 166 973 660,43 | 4,2% |
| | | | | Projecto sem medida | Transferência de capital para Câmara Distrital de Lobata | 5 107 189 206,00 | 4 248 336 252,00 | 83,2% |
| | | | | Projecto sem medida | Transferência de capital para Câmara Distrital de Mé- Zochi | 7 000 000 000,00 | 50 000 000,00 | 0,7% |
| | | | | Projecto sem medida | Apoio institucional à Assembleia Regional | 500 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | 5º Reforçar as relações externas, cooperação e preservar a soberania nacional | Politica externa e cooperação internacional ( Diplomacia e cooperação internacional) | Reforço da cooperação internacional e diplomacia externa | Promover as relações económicas e comerciais através de um programa coerente e eficaz de diplomacia económica | | | |
| | | | | Consolidar, aprofundar e expandir as relações de amizade e de cooperação com outros Estados | | | |
| | | | | Identificar e nomear Cônsules honorários em regiões de maior interesse estratégico | | | |
| | | | | Capitalizar as oportunidades de parcerias económicas com os países da região da Euro-Ásia e Sudoeste Asiático | | | |
| | | | | Fortalecer a cooperação com os países da sub-região | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Promover o estabelecimento e consolidação de parcerias intra-africanas mutuamente vantajosas, particularmente a nível da Comunidade Económica dos Estados de África Central (CEEAC) | | | | |
| | | | | Mobilizar recursos para a implementação da agenda de transformação no quadro dos “fora” multilaterais | | | | |
| | | | | Promover a integração de cidadãos santomenses nas organizações internacionais de que o País é membro | | | | |
| | | | | Reconfigurar, redimensionar e modernizar os serviços diplomáticos e consulares | Programa de reorganização diplomática | 6 212 388 779,00 | 5 188 727 780,60 | 83,5% |
| | | | | Encorajar a comunidade santomense no exterior a contribuir para o desenvolvimento do País | | | | |
| | | | | Incentivar a integração da mão-de-obra santomense especializada na diáspora no | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | mercado de trabalho nacional | | | | |
| | | | | Proteger e defender os interesses e direitos dos santomenses na diáspora | | | | |
| | | | | sem medida | Reabilitação do actual edifício e revisão da rede eléctrica de MNECC | 4 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | sem medida | STeP in 2017 | 6 600 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | Defesa (Forças Armadas) | Promoção da Defesa Nacional | | | | | |
| | | | | Garantia da participação das Forças Armadas em Operações de Ajuda Humanitárias, conduzidas sob e égide da Organização das Nações Unidas, e no âmbito da União Africana (UA), na Comunidade Económica dos Estados de África Central (CEAC) e na Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | |
| | | | | Implementação de mecanismos que visem o controlo efetivo do uso de armas, munições e outros engenhos explosivos, procedendo a recolha das que estejam em situação ilegal | | | |
| | | | | | Aquisição de munições para armas já existentes (forças armadas) | 2 000 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Melhoria da componente infra-estrutural e equipamentos | Aquisição de fardamentos e botas do quartel das forças armadas | 2 000 000 000,00 | 0,00 | |
| | | | | | Reabilitação do quartel da RAP-1º Fase | 2 500 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | Revisão da rede Electrica no Edifício MDOI | 440 000 000,00 | 438 087 223,00 | 99,6% |
| | | | | | Aquisição de beliches, colções e coberturas para Agentes da Policia Nacional | 1 000 000 000,00 | 680 659 122,50 | 68,1% |
| | | | | | Conclusão da casa do | 1 800 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | comandante da RAP | | | |
| | | | Revisão do quadro jurídico que regula as Forças de Defesa | | | | |
| | | | Prejecto sem medida | Ajuda Alimentar aos militares e paramilitares | 4 500 000 000,00 | 2 312 500 000,00 | 51,4% |
| | | Segurança Pública e Ordem Interna (Policia Nacional) | Reforço Institucional do Sector Administração Interna | Modernização e racionalização o sistema de segurança interna, de forma a torná-lo mais coordenado, eficaz e operativo | | | |
| | | | | Reorganização dos procedimentos e os recursos humanos de modo a libertar o maior número de elementos das forças de segurança para trabalho operacional | | | |
| | | | | Consolidação do sistema de Protecção Civil | | | |
| | | | | Reforço da capacidade organizativa e administrativa do poder Local e Regional | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Promoção do capital humano das Forças de Segurança Pública | Reforço das capacidades Instituicional para manutenção da ordem interna | 500 000 000,00 | 500 000 000,00 | 100,0% |
| | | | | | Aquisição de fardamento e equipamentos - Forças defesas e segura | 9 000 000 000,00 | 6 994 250 000,00 | 77,7% |
| | | | | Combate ao tráfico de seres humanos | Aquisição de fardamento e equipamentos - para serviços de bombeiros | 2 500 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | Melhorias de condições de habitabilidades e de mobilidade das Forças e Serviços de Segurança | Conclusão de esquadra policial em Santa Catarina - Lembá | 500 000 000,00 | 397 000 000,00 | 79,4% |
| | | | | | Conclusão das obras do edifício do comando distrital de Caué | 1 421 713 371,00 | | |
| | | | | | Apoio Institucional a Policia nacional | 8 025 000 000,00 | 0,00 | 0,0% |
| | | | | projecto sem medida | Realização de recenseamento e eleicões | 14 837 070 871,00 | 14 837 070 871,00 | 100,0% |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Mar | Formação e capacitação de recursos humanos com o apoio dos parceiros de cooperação nos domínios das operações de salvamento e segurança marítima | | | | |
| | Expansão da área de vigilância e controlo do mar, visando a proteção de recursos e operações de salvamento no mar | Manutenção de farol e operações de busca e salvamento-guarda costeira | 2 000 000 000,00 | 490 392 503,00 | 24,5% |
| | | | | | |
| TOTAL EIXO II | | | **1 000 433 349 621,60** | **422 329 748 520,56** | **42,2%** |
| TOTAL GOP | | | **1 866 962 482 668,60** | **518 064 601 604,74** | **27,7%** |